

## 1 Contexto operacional

A Cosan S.A. (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma companhia de capital aberto com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ou “B3”, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil e é controlada pela Cosan Limited, que detém 60,25% do seu capital social.

Em 16 de outubro de 2017, a Shell Gas B.V., a Integral Investments B.V. e a Shell Brazil Holding B.V. (“Shell Brazil”) exerceram sua opção de venda das ações de emissão da Comgás contra Companhia, na qual a Shell Brazil transferiu seus 16,77% de participação no capital social da Comgás para a Cosan Limited e recebeu da Companhia 17.187.937 ações de emissão da Cosan (4,21% do capital social).

Em 19 de março de 2018, a subsidiária CLE celebrou um novo contrato com a Exxon Mobil que concede à Moove os direitos exclusivos de produção, importação, distribuição e comercialização de lubrificantes e outros produtos relacionados sob a marca Mobil até 30 de novembro de 2038, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2018.

Em 24 de abril de 2018, a controlada em conjunto Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”) e sua subsidiária Raízen Argentina Holdings S.A.U. (“Raízen Argentina”) celebraram um contrato para a aquisição do negócio de *downstream* da Shell na Argentina, por meio da aquisição de 100% das ações de emissão da Shell Compañía Argentina de Petróleo S.A. e da Energina Compañía Argentina de Petróleo S.A. (“Shell Argentina”). A aquisição foi concluída em 01 de outubro de 2018.

Conforme comunicado ao mercado e divulgado nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2018, não há decisão definitiva ou impacto relevante nos negócios da Companhia provenientes das Operações “Margem Controlada” e “Dubai”. Dessa forma, não há fatos que demonstrem que futuramente ocorrerão eventuais penalidades que possam gerar impacto relevante nas demonstrações financeiras da Raízen Combustíveis. Contudo, eventuais evoluções e à depender dos desfechos dos casos, é possível que, futuramente, as operações venham a gerar impacto nas demonstrações financeiras.

Em 21 de dezembro de 2018, foi celebrado contrato de investimentos entre a subsidiária Cosan Lubes Investments Limited (“Cosan Lubes”) e CVC Fund VII (“CVC”) no qual haverá aporte de R\$562.000 por meio de emissão de novas ações ordinárias representativas de aproximadamente 30% do capital da Moove. Deste total, a Moove receberá R\$ 434.000, além de um valor justo de aproximadamente R\$ 128.000 até 2021, uma vez atendidas metas pactuadas no contrato, sem alteração de participação acionária. A transação estará sujeita às condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias, reestruturação societária e concorrências aplicáveis.

## **2 Declaração de conformidade**

Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Certos montantes dos saldos comparativos nas demonstrações dos fluxos de caixa e nas notas 4, 5, 5.10, 13, 14 e 15 foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras consolidadas. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 14 de fevereiro de 2019.

### **3 Políticas contábeis**

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

#### **3.1 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias e controladas em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses que não controlam. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As demonstrações financeiras consolidadas de cada subsidiária incluída nestas

demonstrações financeiras consolidadas e investimentos de capital próprio são preparadas com base nas respectivas moedas funcionais. Para as subsidiárias cuja moeda funcional é uma moeda diferente do Real, as contas de ativo e passivo são convertidas para a moeda de referência da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira e as rubricas de receita e despesa são convertidas utilizando a média mensal das taxas de câmbio e o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica. Os ajustes de conversão resultantes são relatados em um componente separado do patrimônio líquido, como ajuste cumulativo de conversão.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são:

<b>Moeda</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Dólar americano (USD)	3,8748	3,3080
Libra esterlina (GBP)	4,9617	4,4714
Euro (EUR)	4,4390	3,9693

### **3.2 Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **Nota 5.8** – Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
- ii. **Nota 9** - Investimento em controlada em conjunto
- iii. **Notas 10.1 e 10.2** - Imobilizado e intangível
- iv. **Nota 11** – Compromissos
- v. **Nota 13** - Imposto de renda e contribuição social
- vi. **Nota 14** - Provisões para processos judiciais

- vii. **Nota 22** - Benefícios pós-emprego
- viii. **Nota 23** - Pagamentos baseados em ações

### 3.3 Mudanças nas políticas contábeis significativas

#### i) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Adotado inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 geralmente não refletem os requerimentos da nova regra, mas os requerimentos do CPC 38 / IAS 39;
- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Todas as designações de relacionamento de hedge de acordo com o CPC 38 / IAS 39 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de hedge de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de hedge contínuas.

O impacto total sobre a Companhia e suas controladas em conjunto em 1º de janeiro de 2018 é o seguinte:

	<u>R\$</u>
<b>Ativos</b>	
Contas a receber de clientes	(9.637)
Investimentos em controladas em conjunto	(1.340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.277
<b>Patrimônio Líquido</b>	
Retenção de lucros	7.700

**a) Classificação e mensuração**

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo através do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: o modelo de negócios da empresa para gerenciar os ativos; e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

**b) *Impairment***

Pela adoção foi alterada a contabilização para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da norma anterior por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro.

A Companhia reconhece uma provisão para perda esperada de crédito para suas contas a receber. A abordagem padrão simplificada é aplicada e as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo são calculadas. A

Companhia estabeleceu uma matriz de provisionamento baseada na experiência histórica de perda de crédito de cada segmento de negócio, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis adotaram uma matriz de perda esperada considerando o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* interno. O impacto líquido inicial no resultado na adoção da norma foi uma perda de R\$ 2.680 (R\$ 1.340 na equivalência patrimonial da Cosan S.A.).

**c) *Hedge accounting***

A Companhia aplicou as mudanças de contabilidade de *hedge* prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todos os relacionamentos de *hedge* existentes da Companhia eram elegíveis para serem tratados como relacionamentos de *hedge* contínuos. Consistente com períodos anteriores, a Companhia continuou designando a mudança no valor justo de todo o contrato a termo nos relacionamentos de *hedge* de fluxo de caixa da Companhia e, como tal, a adoção dos requerimentos de contabilidade de *hedge* da nova norma não teve impacto significativo sobre a Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Anteriormente, todos os ganhos e perdas decorrentes dos relacionamentos de *hedge* de fluxo de caixa eram elegíveis para serem posteriormente reclassificados para o resultado. Após adoção da nova regra, de forma prospectiva, os ganhos e perdas do *hedge* de fluxo de caixa líquido passam a ser apresentado em “Outros resultados abrangentes” não sendo reclassificado para resultado.

**ii) CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes**

Foi adotado o método retrospectivo com efeito cumulativo de transição. Em resumo, foram efetuados os seguintes ajustes aos valores reconhecidos no balanço patrimonial na data da aplicação inicial:

	CPC 30 / IAS 18	Reclassificação	CPC 47 / IFRS 15
Outros ativos não circulantes (Ativos de contratos não circulantes)	—	8.346	8.346
Ativos intangíveis	8.346	(8.346)	—

A subsidiária CLE paga uma comissão ao cliente para obter um novo contrato, que estão associados a um volume adquirido e são tratados como um custo de vendas. Em 31 de dezembro de 2018, os custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos para cumprir um contrato eram de R\$ 73.585.

Em 2017, tais comissões foram reconhecidas como despesas de vendas quando incorridas, no montante de R\$ 82.941.

#### 4 Informações por segmento

As informações por segmento a seguir são utilizadas pela alta administração da Cosan (o “*Chief Operating Decision Maker*”) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos, sendo o EBITDA (Lucro antes dos juros, depreciação e amortização) a medida utilizada no desempenho de seus segmentos operacionais.

Especificações por segmento:

- i. **Raízen Energia:** produção e comercialização de uma variedade de produtos derivados da cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (VHP), etanol anidro e hidratado, e atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Além disso, esse segmento detém participações em empresas envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias;
- ii. **Raízen Combustíveis:** distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente através de uma rede franqueada de postos de serviços sob a marca Shell em todo o Brasil e no refino de petróleo, distribuição de combustíveis, operação de postos revendedores de combustíveis, fabricação e comercialização de lubrificantes automotivos e industriais, e fabricação e comercialização de gás



liquefeito de petróleo em toda a Argentina.

- iii. **Comgás:** distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, e cogeração; e
- iv. **Moove:** produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina e mercado europeu por meio das subsidiárias CLE, Stanbridge Group Limited (“Stanbridge”), TTA - SAS Techniques et Technologie Appliquées (“TTA”), Lubrigrupoll, S.A. (“Lubrigrupoll”), Cosan Lubrificantes S.R.L (“Cosan S.R.L”), e Moove Lubricants Limited (“Moove Lubricants”) - anteriormente denominada “Comma Oil Chemicals Limited”, sob a marca Comma para o mercado europeu e asiático e atividades corporativas.

Reconciliação:

- i. **Cosan Corporativo:** plataforma de carteira digital, outros investimentos, além das atividades corporativas da Companhia. Inclui as subsidiárias responsáveis pela captação de recursos para a Companhia.

Embora a Raízen Energia e a Raízen Combustíveis sejam *joint ventures* registradas por equivalência patrimonial e não sejam mais consolidadas proporcionalmente, a administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controladas em conjunto”.

31/12/2018

	Segmentos reportados					Reconciliação			Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis			Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
		Brasil	Argentina	Comgás					
Resultado do exercício:									
Receita operacional bruta	21.296.564	85.793.511	4.497.337	8.695.208	4.381.188	9.273	(111.587.412)	(25)	13.085.644
Mercado interno	16.271.074	83.350.683	4.497.337	8.695.208	4.242.819	995	(104.119.094)	(25)	12.938.997
Mercado externo	5.025.490	2.442.828	-	-	138.369	8.278	(7.468.318)	-	146.647
Receita operacional líquida	19.798.546	81.960.154	3.243.937	6.840.011	3.449.949	9.164	(105.002.637)	(25)	10.299.099
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(18.136.443)	(78.223.747)	(3.074.701)	(4.901.715)	(2.781.084)	(11.612)	99.434.891	25	(7.694.386)
Resultado bruto	1.662.103	3.736.407	169.236	1.938.297	668.865	(2.449)	(5.567.746)	-	2.604.713
Despesas de vendas	(768.831)	(1.378.292)	(128.443)	(613.046)	(393.317)	(4.251)	2.275.566	-	(1.010.614)
Despesas gerais e administrativas	(664.690)	(479.848)	(46.400)	(367.670)	(132.336)	(132.052)	1.190.938	-	(632.058)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	570.343	455.250	11.566	763.609	2.391	37.453	(1.037.159)	-	803.453
Equivalência patrimonial em associadas	-	(9.953)	-	-	(349)	1.117.712	9.953	(1.076.072)	41.291
Equivalência patrimonial de controladas em conjunto	22.139	1	-	-	-	946.282	(22.140)	-	946.282
Resultado financeiro	(318.335)	(445.909)	(7.692)	78.773	(27.279)	(383.687)	771.936	-	(332.193)
Despesas financeiras	(968.066)	(460.734)	(12.818)	(504.071)	(35.157)	(586.385)	1.441.618	-	(1.125.613)
Receitas financeiras	583.546	206.718	5.686	581.181	9.928	306.767	(795.950)	-	897.876
Variação cambial	(90.780)	(763.008)	(560)	(93.780)	(26.875)	(722.642)	854.348	-	(843.297)
Derivativos	156.965	571.115	-	95.443	24.825	618.573	(728.080)	-	738.841
Imposto de renda e contribuição social	9.007	(443.136)	(8.221)	(540.995)	(49.439)	73.311	442.350	-	(517.123)
Resultado líquido do exercício	511.736	1.434.520	(9.954)	1.258.968	68.536	1.652.319	(1.936.302)	(1.076.072)	1.903.751
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	507.580	1.386.362	(9.953)	1.008.191	67.883	1.652.319	(1.883.989)	(1.076.072)	1.652.321
Acionistas não controladores	4.156	48.158	-	250.777	653	-	(52.314)	-	251.430
	511.736	1.434.520	(9.953)	1.258.968	68.536	1.652.319	(1.936.303)	(1.076.072)	1.903.751
Outras informações selecionadas:									
Depreciação e amortização	2.147.455	191.114	76.140	464.517	91.972	13.221	(2.414.709)	-	569.711
EBITDA	2.968.519	2.514.679	82.099	2.185.707	237.226	1.975.916	(5.565.297)	(1.076.072)	3.322.777
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.573.428	258.066	136.725	531.739	47.346	52.475	(2.968.219)	-	631.560
Reconciliação EBITDA									
Lucro líquido do exercício	511.736	1.434.520	(9.954)	1.258.968	68.536	1.652.319	(1.936.302)	(1.076.072)	1.903.751
Imposto de renda e contribuição social	(9.007)	443.136	8.221	540.995	49.439	(73.311)	(442.350)	-	517.123
Resultado financeiro líquido	318.335	445.909	7.692	(78.773)	27.279	383.687	(771.936)	-	332.193
Depreciação e amortização	2.147.455	191.114	76.140	464.517	91.972	13.221	(2.414.709)	-	569.710
EBITDA	2.968.519	2.514.679	82.099	2.185.707	237.226	1.975.916	(5.565.297)	(1.076.072)	3.322.777

31/12/2017

	Segmentos reportados					Reconciliação		Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	Comgás	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
<b>Resultado do exercício:</b>								
Receita operacional bruta	14.060.676	75.681.280	7.097.156	2.843.969	4.285	(89.741.956)	(43)	9.945.367
Mercado interno	7.903.059	74.080.815	7.097.156	2.787.145	4.285	(81.983.874)	(43)	9.888.543
Mercado externo	6.157.617	1.600.465	-	56.824	-	(7.758.082)	-	56.824
Receita operacional líquida	13.152.678	72.789.148	5.537.857	2.129.522	3.441	(85.941.826)	(43)	7.670.777
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.907.652)	(68.875.292)	(3.492.375)	(1.545.657)	(7.896)	79.782.945	43	(5.045.884)
Resultado bruto	2.245.026	3.913.856	2.045.482	583.865	(4.454)	(6.158.882)	-	2.624.893
Despesas de vendas	(803.157)	(1.345.847)	(652.901)	(386.705)	(211)	2.149.004	-	(1.039.817)
Despesas gerais e administrativas	(618.064)	(455.743)	(344.990)	(94.002)	(158.438)	1.073.807	-	(597.430)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(107.953)	312.187	(26.422)	(3.679)	911.084	(204.234)	-	880.983
Equivalência patrimonial em associadas	(54.544)	-	-	(7.665)	402.349	54.544	(381.754)	12.930
Equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	985.090	-	-	985.090
Resultado Financeiro	129	(359.767)	(225.541)	(54.370)	(618.483)	359.638	-	(898.394)
Despesas financeiras	(905.213)	(251.038)	(623.924)	(46.250)	(1.058.126)	1.156.251	-	(1.728.300)
Receitas financeiras	681.362	134.904	398.758	17.805	312.035	(816.266)	-	728.598
Variação cambial	(54.866)	(105.513)	(11.501)	(7.478)	(62.222)	160.379	-	(81.201)
Derivativos	278.846	(138.120)	11.126	(18.447)	189.830	(140.726)	-	182.509
Imposto de renda e contribuição social	(78.937)	(615.806)	(235.972)	(20.141)	(201.612)	694.743	-	(457.725)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>582.500</b>	<b>1.448.880</b>	<b>559.656</b>	<b>17.303</b>	<b>1.315.325</b>	<b>(2.031.380)</b>	<b>(381.754)</b>	<b>1.510.530</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>								
Acionistas controladores	582.500	1.389.260	364.451	17.303	1.315.325	(1.971.761)	(381.754)	1.315.324
Acionistas não controladores	-	59.620	195.205	-	-	(59.619)	-	195.206
	<b>582.500</b>	<b>1.448.880</b>	<b>559.656</b>	<b>17.303</b>	<b>1.315.325</b>	<b>(2.031.380)</b>	<b>(381.754)</b>	<b>1.510.530</b>
<b>Outras informações selecionadas:</b>								
Depreciação e amortização	2.131.088	635.920	496.755	82.898	17.034	(2.767.008)	-	596.687
EBITDA	2.792.396	3.060.373	1.517.924	174.712	2.152.454	(5.852.769)	(381.754)	3.463.336
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.226.162	853.975	352.958	48.612	6.919	(3.080.137)	-	408.489
<b>Reconciliação EBITDA:</b>								
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Imposto de renda e contribuição social	78.937	615.806	235.972	20.141	201.612	(694.743)	-	457.725
Resultado financeiro líquido	(129)	359.767	225.541	54.370	618.483	(359.638)	-	898.394
Depreciação e amortização	2.131.088	635.920	496.755	82.898	17.034	(2.767.008)	-	596.687
<b>EBITDA</b>	<b>2.792.396</b>	<b>3.060.373</b>	<b>1.517.924</b>	<b>174.712</b>	<b>2.152.454</b>	<b>(5.852.769)</b>	<b>(381.754)</b>	<b>3.463.336</b>

31/12/2018

	Segmentos reportados						Reconciliação		
		Raízen Combustíveis					Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
	Raízen Energia	Brasil	Argentina	Comgás	Moove	Cosan Corporativo			Consolidado
Balancos patrimoniais:									
Caixa e equivalentes de caixa	2.437.571	864.105	490.960	602.618	206.702	1.887.627	(3.792.636)	-	2.696.947
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.124.723	13.033	221.476	-	-	1.359.232
Contas a receber de clientes	1.061.297	2.747.503	372.202	695.147	446.645	8.338	(4.181.002)	-	1.150.130
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	1.956.616	639.976	-	368.928	29.976	1.116.978	(2.596.592)	-	1.515.882
Estoques	3.618.573	2.078.003	1.284.087	65.259	385.901	1.744	(6.980.663)	-	452.904
Outros ativos financeiros	516.519	-	-	-	-	454.449	(516.519)	-	454.449
Outros ativos circulantes	3.203.838	3.045.745	1.122.633	641.042	161.076	766.215	(7.372.216)	(249.169)	1.319.164
Outros ativos não circulantes	4.141.547	3.508.485	66.117	64.717	750.088	1.536.566	(7.716.149)	(1.117.633)	1.233.738
Investimentos em associadas	-	(265)	265	-	13.799	5.462.690	-	(5.141.971)	334.518
Investimentos em controladas em conjunto	567.785	266	-	-	-	8.077.907	(568.051)	-	8.077.907
Ativos biológicos	740.473	-	-	-	-	-	(740.473)	-	-
Imobilizado	10.912.819	2.292.355	3.182.272	-	321.746	176.667	(16.387.446)	-	498.413
Intangíveis	3.626.819	2.513.923	8.591	8.497.448	1.191.627	7.401	(6.149.333)	-	9.696.476
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.702.418)	(4.665.127)	(971.268)	(3.651.545)	(759.169)	(5.546.424)	18.338.813	-	(9.957.138)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos	(1.223.260)	(31.469)	-	-	(3.880)	(21.834)	1.254.729	-	(25.714)
Fornecedores	(3.090.299)	(1.603.481)	(1.003.917)	(1.012.895)	(452.300)	(7.008)	5.697.697	-	(1.472.203)
Ordenados e salários a pagar	(343.670)	(73.481)	(36.829)	(63.520)	(37.850)	(30.951)	453.980	-	(132.321)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	-	(1.097.490)	-	-	(1.097.490)
Outras contas a pagar circulantes	(2.448.741)	(4.520.490)	(624.633)	(159.060)	(499.759)	(816.308)	7.593.864	250.516	(1.224.611)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.305.251)	(5.028.754)	(834.456)	(2.009.997)	(794.110)	(2.269.234)	7.168.461	1.116.191	(3.957.150)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	11.670.218	1.767.294	3.056.024	5.162.865	973.525	9.928.809	(16.493.536)	(5.142.066)	10.923.133
Ativo total	32.783.857	17.690.096	6.527.127	12.059.882	3.520.593	19.718.058	(57.001.080)	(6.508.773)	28.789.760
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	11.632.885	1.533.604	3.056.024	4.175.508	966.465	9.928.808	(16.222.513)	(5.142.066)	9.928.715
Acionistas não controladores	37.333	233.690	-	987.357	7.061	-	(271.023)	-	994.418
Total do patrimônio líquido	11.670.218	1.767.294	3.056.024	5.162.865	973.526	9.928.808	(16.493.536)	(5.142.066)	10.923.133

31/12/2017

	Segmentos reportados					Conciliação		Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	Comgás	Moove	Cosan corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
<b>Balancos patrimoniais:</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	2.069.357	1.221.890	1.727.521	192.115	1.230.692	(3.291.247)	-	3.150.328
Títulos e valores mobiliários	-	-	509.544	5.439	185.052	-	-	700.035
Contas a receber de clientes	688.235	2.679.114	640.682	310.006	13	(3.367.349)	-	950.701
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	453.775	88.496	458.476	2.581	591.048	(542.271)	-	1.052.105
Estoques	2.804.223	2.416.833	76.548	301.850	2.372	(5.221.056)	-	380.770
Outros ativos financeiros	476.181	-	-	-	1.686.718	(476.181)	-	1.686.718
Outros ativos circulantes	2.114.733	1.406.945	155.815	98.419	498.610	(3.521.678)	(126.172)	626.672
Outros ativos não circulantes	3.373.565	1.335.986	356.962	70.055	1.096.024	(4.709.551)	(1.231)	1.521.810
Investimentos em associadas	348.523	-	-	12.113	4.716.900	(348.523)	(4.469.601)	259.412
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	8.447.799	-	-	8.447.799
Ativos biológicos	880.668	-	-	-	-	(880.668)	-	-
Imobilizado	10.753.205	2.329.858	-	270.229	142.096	(13.083.063)	-	412.325
Intangíveis	3.669.903	4.600.777	8.471.087	873.924	5.587	(8.270.680)	-	9.350.598
Empréstimos e financiamentos	(10.853.768)	(2.741.312)	(4.212.504)	(589.292)	(4.873.198)	13.595.080	-	(9.674.994)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(250.033)	(218.888)	-	(8.293)	(106.238)	468.921	-	(114.531)
Fornecedores	(1.341.867)	(2.124.538)	(1.444.835)	(353.474)	(7.076)	3.466.405	-	(1.805.385)
Ordenados e salários a pagar	(356.155)	(94.158)	(59.059)	(34.125)	(30.833)	450.313	-	(124.017)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	(1.442.679)	-	-	(1.442.679)
Outras contas a pagar circulantes	(1.412.872)	(1.387.037)	(358.430)	(237.302)	(981.149)	2.799.909	127.405	(1.449.476)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.345.322)	(4.392.359)	(1.782.718)	(212.710)	(1.715.068)	5.737.681	79.570	(3.630.926)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	12.072.351	5.121.607	4.539.089	701.535	9.446.670	(17.193.958)	(4.390.029)	10.297.265
<b>Ativo total</b>	<b>27.632.368</b>	<b>16.079.899</b>	<b>12.396.635</b>	<b>2.136.731</b>	<b>18.602.911</b>	<b>(43.712.267)</b>	<b>(4.597.004)</b>	<b>28.539.273</b>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos:</b>								
Acionistas controladores	12.073.314	4.888.966	3.688.494	701.535	9.446.670	(16.962.280)	(4.390.029)	9.446.670
Acionistas não controladores	(963)	232.641	850.595	-	-	(231.678)	-	850.595
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>12.072.351</b>	<b>5.121.607</b>	<b>4.539.089</b>	<b>701.535</b>	<b>9.446.670</b>	<b>(17.193.958)</b>	<b>(4.390.029)</b>	<b>10.297.265</b>

#### 4.1 Receita operacional líquida por segmento

Segmentos reportados	31/12/2018	31/12/2017
<b>Raízen Energia</b>		
Etanol	8.569.437	6.550.652
Açúcar	3.670.749	5.377.351
Gasolina	758.572	-
Diesel	3.314.377	-
Cogeração	2.836.658	884.300
Outros	648.753	340.375
	<b>19.798.546</b>	<b>13.152.678</b>
<b>Raízen Combustíveis</b>		
Combustível	84.031.837	72.789.148
Outros	1.172.254	-
	<b>85.204.091</b>	<b>72.789.148</b>
<b>Comgás</b>		
Industrial	4.411.737	3.494.396
Residencial	986.073	849.723
Cogeração	315.925	229.716
Automotivo	262.813	224.203
Comercial	387.069	320.049
Receita de construção	415.753	351.193
Outros	60.641	68.577
	<b>6.840.011</b>	<b>5.537.857</b>
<b>Moove</b>		
Produto acabado	3.096.658	1.876.935
Óleo básico	317.878	220.515
Serviços	35.413	32.072
	<b>3.449.949</b>	<b>2.129.522</b>
<b>Reconciliação</b>		
<b>Cosan Corporativo</b>	<b>9.164</b>	<b>3.441</b>
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(105.002.662)	(85.941.869)
<b>Total</b>	<b>10.299.099</b>	<b>7.670.777</b>

## 4.2 Informações sobre área geográfica

	Receita líquida	
	31/12/2018	31/12/2017
Brasil	8.483.979	7.083.870
Europa <sup>(i)</sup>	1.680.240	532.407
América Latina <sup>(ii)</sup>	132.497	52.345
América do Norte	133	2
Ásia e Outros	2.250	2.153
<b>Total</b>	<b>10.299.099</b>	<b>7.670.777</b>

Principais países:

- i. Inglaterra, França, Espanha e Portugal; e
- ii. Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai;

## 4.3 Principais clientes

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos períodos apresentados em outros segmentos.

## 5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	824.437	142.612	1.598.421	1.849.820
Títulos e valores mobiliários	5.2	137.313	54.079	1.359.232	700.035
Outros ativos financeiros	5.4	454.449	346.718	454.449	346.718
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	983.714	564.365	1.515.882	1.052.105
		2.399.913	1.107.774	4.927.984	3.948.678
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	103.640	1.393	1.098.526	1.300.508
Outros ativos financeiros	5.4	-	1.340.000	-	1.340.000
Contas a receber de clientes	5.3	-	-	1.150.130	950.701
Recebíveis de partes relacionadas	5.5	743.398	190.226	132.798	207.266
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		34.354	126.056	27.309	13.114
		881.392	1.657.675	2.408.763	3.811.589
Total		3.281.305	2.765.449	7.336.747	7.760.267

<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-	-	4.679.752	4.510.419
Fornecedores	5.7	4.509	3.713	1.472.203	1.805.385
Dividendos a pagar		422.726	338.985	427.232	373.277
Outros passivos financeiros		-	-	117.997	90.725
Pagáveis a partes relacionadas	5.5	5.636.109	3.934.179	207.989	398.586
Parcelamento de débitos tributários	12	199.582	200.484	206.687	207.790
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	5.8	1.097.490	1.442.680	1.097.490	1.442.679
		<b>7.360.416</b>	<b>5.920.041</b>	<b>8.209.350</b>	<b>8.828.861</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-	-	5.277.386	5.164.575
Contraprestação contingente		-	-	119.825	116.542
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	21.714	105.302	25.714	114.531
		<b>21.714</b>	<b>105.302</b>	<b>5.422.925</b>	<b>5.395.648</b>
<b>Total</b>		<b>7.382.130</b>	<b>6.025.343</b>	<b>13.632.275</b>	<b>14.224.509</b>

Os efeitos da alteração da IFRS 9 / CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia estão descritos na Nota 3.3.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

## 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	63	393	57.781	43.893
Conta remunerada	-	-	564.606	901.706
Aplicações financeiras	928.014	143.612	2.074.560	2.204.729
	<b>928.077</b>	<b>144.005</b>	<b>2.696.947</b>	<b>3.150.328</b>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Aplicações em fundos de investimento</b>				
Operações compromissadas	579.146	113.520	1.179.503	1.472.683
Certificado de depósitos bancários - CDB	245.291	29.092	418.918	377.137
	<b>824.437</b>	<b>142.612</b>	<b>1.598.421</b>	<b>1.849.820</b>
<b>Aplicações em bancos</b>				
Operações compromissadas	-	-	-	2.800
Certificado de depósitos bancários - CDB	102.577	-	475.129	351.109
Outras	1.000	1.000	1.010	1.000
	<b>103.577</b>	<b>1.000</b>	<b>476.139</b>	<b>354.909</b>
	<b>928.014</b>	<b>143.612</b>	<b>2.074.560</b>	<b>2.204.729</b>

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 2018 (100% do CDI em 2017) e as aplicações financeiras *offshore* são rentabilizadas a taxas ao redor de 100% das *Federal Funds*. A análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros está na nota 21.

## 5.2 Títulos e valores mobiliários

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				
Títulos públicos <sup>(i)</sup>	137.313	54.079	1.359.232	700.035
	<b>137.313</b>	<b>54.079</b>	<b>1.359.232</b>	<b>700.035</b>

- i. Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada a SELIC.

### 5.3 Contas a receber de clientes

#### Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	1.226.496	1.026.075
Mercado externo	31.380	14.895
	<b>1.257.876</b>	<b>1.040.970</b>
Provisão para perdas esperadas	(107.746)	(90.269)
	<b>1.150.130</b>	<b>950.701</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.128.304</b>	<b>918.423</b>
<b>Não circulante</b>	<b>21.826</b>	<b>32.278</b>

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	1.044.750	834.537
Vencidas		
Até 30 dias	57.268	77.716
De 31 a 60 dias	20.737	11.344
De 61 a 90 dias	9.086	8.115
Mais de 90 dias	126.035	109.258
Provisão para perdas esperadas	(107.746)	(90.269)
	<b>1.150.130</b>	<b>950.701</b>

As modificações na provisão para perdas esperadas são as seguintes:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>(71.700)</b>
Adições / reversões / baixas	(18.569)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(90.269)</b>
Adições / reversões / baixas	(17.477)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(107.746)</b>

#### 5.4 Outros ativos financeiros

##### Política contábil:

Os investimentos em ações são mensurados ao valor justo por meio do resultado e são instrumentos de patrimônio cujo objetivo é manter para negociação. Em 31 de dezembro de 2017, a cessão de direitos creditórios foi inicialmente mensurada e classificada como custo amortizado, pois tinha como objetivo receber fluxos de caixa contratuais.

O saldo de Outros ativos financeiro é composto de seguinte forma:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Investimento em ações da Rumo S.A	454.449	346.718
Cessão de direitos creditórios	-	1.340.000
	<b>454.449</b>	<b>1.686.718</b>

- **Investimento em ações da Rumo S.A.**

Em 23 de fevereiro de 2017, a TPG VI Fundo de Investimento em Participações ("TPG") acionista da Rumo S.A. ("Rumo"), exerceu seu direito de permutar 11.479.987 ações de emissão da Rumo por ações de emissão da Companhia, com liquidação financeira de R\$ 275.780, na linha de outros ativos financeiros na demonstração de fluxo de caixa.

A Companhia possui 26.732.274 ações, representando 1,71% do total de ações da Rumo S.A., ao valor de mercado, onde utiliza a metodologia de mensuração ao valor justo e não o método de equivalência patrimonial.

- **Cessão de direitos creditórios**

O montante foi recebido em 31 de janeiro de 2018, conforme demonstração de fluxo de caixa.

## 5.5 Partes relacionadas

### Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

#### a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Raízen Energia S.A. <sup>(i)</sup>	21.876	13.937	23.979	15.876
Rumo S.A.	2.858	4.200	7.861	7.379
Aguassanta Participações S.A.	29	17	29	17
Cosan Biomassa S.A.	5.891	4.939	-	-
Cosan Limited	4.479	4.207	4.479	4.207
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. <sup>(iv)</sup>	212.338	3.543	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	738	11	2.050	1.063
Outros	1	717	216	927
	<b>248.210</b>	<b>31.571</b>	<b>38.614</b>	<b>29.469</b>
<b>Operações financeiras</b>				
Cosan Limited	-	-	31.469	26.128
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.469</b>	<b>26.128</b>
	<b>248.210</b>	<b>31.571</b>	<b>70.083</b>	<b>55.597</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Ações preferenciais / AFAC</b>				
Raízen Energia S.A. <sup>(i)</sup>	37.470	87.969	37.470	87.969
Janus Brasil Participações S.A.	-	30.423	-	30.423
	<b>37.470</b>	<b>118.392</b>	<b>37.470</b>	<b>118.392</b>
<b>Operações financeiras e societárias</b>				
Rezende Barbosa <sup>(ii)</sup>	23.144	31.444	23.144	31.444
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. <sup>(iv)</sup>	425.081	-	-	-
Outros	9.493	8.819	2.101	1.833
	<b>457.718</b>	<b>40.263</b>	<b>25.245</b>	<b>33.277</b>
	<b>495.188</b>	<b>158.655</b>	<b>62.715</b>	<b>151.669</b>

<b>Passivo circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Raízen Energia S.A. <sup>(i)</sup>	177.029	167.487	196.182	176.989
Raízen Combustíveis S.A.	9.474	8.849	10.461	9.813
Rumo S.A.	577	850	1.138	950
Aguassanta Participações S.A.	-	337	-	337
Cosan Lubrificantes e Especialidades	14.737	16	-	-
Outros	816	-	208	-
	<b>202.633</b>	<b>177.539</b>	<b>207.989</b>	<b>188.089</b>
<b>Operações financeiras e societárias</b>				
Cosan Limited <sup>(iii)</sup>	-	210.497	-	210.497
Cosan Overseas Limited	25.037	21.375	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	79.194	61.292	-	-
	<b>104.231</b>	<b>293.164</b>	<b>-</b>	<b>210.497</b>
	<b>306.864</b>	<b>470.703</b>	<b>207.989</b>	<b>398.586</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Operações financeiras e societárias</b>				
Cosan Luxembourg S.A.	2.687.174	1.797.898	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. <sup>(iv)</sup>	691.109	-	-	-
Cosan Overseas Limited	1.950.962	1.665.578	-	-
	<b>5.329.245</b>	<b>3.463.476</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>5.329.245</b>	<b>3.463.476</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- i. Os saldos a receber da Raízen Energia registrados como ativo não circulante representam, basicamente, créditos fiscais que serão devolvidos por essas entidades à Companhia quando efetivamente utilizados. Os saldos registrados como passivo circulante representam cobranças referente a despesas pagas pelas Raízen de responsabilidade da Companhia.
- ii. A Companhia possui recebíveis junto ao Grupo Rezende Barbosa com natureza de créditos concedidos antes da aquisição de negócios. Estes recebíveis são garantidos por ações de emissão da Companhia.
- iii. Reconhecimento da parcela, atualização monetária e variação cambial referente à operação de compra de ações da subsidiária Comgás, liquidado em dezembro de 2018.
- iv. Em 31 de dezembro de 2018 foi celebrado um contrato entre a Companhia e a subsidiária CLE com objetivo de transferir ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. "Esso" em 2008 que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de Partes relacionadas da Companhia nesta demonstração financeira, não gerando impactos na posição Consolidada da Cosan e nem nas informações por segmentos.

## b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional</b>				
Rumo S.A.	-	-	40.016	34.663
Raízen Energia S.A.	-	-	21.163	21.986
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	30.424	12.784
	-	-	<b>91.603</b>	<b>69.433</b>
<b>Compra de produtos / insumos</b>				
Raízen Energia S.A.	-	-	(3.672)	(1.414)
Rumo S.A.	-	-	(2.270)	-
Raízen Combustíveis S.A.	(24)	-	(24)	(4)
	<b>(24)</b>	-	<b>(5.966)</b>	<b>(1.418)</b>
<b>Operação descontinuada</b>				
Raízen Energia S.A.	-	-	-	67
	-	-	-	<b>67</b>
<b>Despesa compartilhada</b>				
Aguassanta Participações S.A.	-	330	-	330
Rumo S.A.	11.177	11.300	11.177	11.300
Cosan Biomassa S.A.	945	2.600	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	6.567	7.270	-	-
Raízen Energia S.A.	(1.927)	(4.702)	(45.007)	(44.289)
Outros	-	245	-	244
	<b>16.762</b>	<b>17.043</b>	<b>(33.830)</b>	<b>(32.415)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Cosan Limited	(5.078)	(1.813)	(4.255)	(1.195)
Cosan Luxembourg S.A.	(402.940)	72.562	-	-
Pasadena Empreendimento Participação S.A.	406	573	-	-
Cosan Overseas Limited	(436.320)	(156.744)	-	-
Raízen Energia S.A.	4.100	7.727	4.100	7.727
Raízen Combustíveis S.A.	2.780	-	2.780	-
Outros	(241)	(378)	(241)	(378)
	<b>(837.293)</b>	<b>(78.073)</b>	<b>2.384</b>	<b>6.154</b>

## c) Remuneração dos administradores e diretores

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração que inclui salários, contribuições para um plano de benefícios definidos pós-emprego e pagamento baseado em ações.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	52.290	53.716
Benefícios pós-emprego	476	609
Outros benefícios de longo prazo	547	664
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	1.193	589
Transações com pagamentos baseados em ações	7.758	9.203
	<b>62.264</b>	<b>64.781</b>

## 5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

### **Política contábil:**

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

	Encargos financeiros		Consolidado			
		Taxa anual de juros				
Descrição	Indexador		31/12/2018	31/12/2017	Vencimento	Objetivo
Com garantia						
BNDES	TJLP	9,06%	107.731	120.573	jun/2023	Investimentos
	TJ462	9,87%	316.854	485.807	out/2020	Investimentos
	Selic	8,32%	152.562	221.222	out/2020	Investimentos
	Selic	8,49%	63.852	66.794	jun/2023	Investimentos
EIB	U.S.\$	3,88%	89.003	127.190	jun/2020	Investimentos
	U.S.\$	2,94%	54.508	70.611	set/2020	Investimentos
	U.S.\$ + Libor	3,43%	115.581	138.778	mai/2021	Investimentos
	U.S.\$ + Libor	3,18%	130.402	149.386	set/2021	Investimentos
FINEP	Pré-fixado	5,00%	93.309	93.058	nov/2022	Investimentos
FINAME	Pré-fixado	5,50%	-	45	set/2018	Investimentos
			1.123.802	1.473.464		
Sem garantia						
Empréstimos no exterior	GBP + Libor	4,22%	363.250	312.642	dez/2022	Aquisição
	GBP + Libor	2,43%	199.794	157.432	nov/2020	Aquisição
Resolução 4131	US\$ + Libor	3,75%	156.387	68.305	fev/2020	Capital de giro
	U.S.\$	2,40%	-	415.762	mar/2018	Capital de giro
	U.S.\$	3,67%	292.172	-	mai/2023	Capital de giro
	U.S.\$	4,79%	39.738	50.868	out/2020	Capital de giro
	U.S.\$	4,34%	41.033	-	nov/2019	Capital de giro
	U.S.\$	8,25%	1.961.819	1.674.847		Aquisição
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	9,50%	-	168.052	mar/2018	Aquisição
Senior Notes Due 2023	U.S.\$	5,00%	409.590	339.665	mar/2023	Aquisição
Senior Notes Due 2027	U.S.\$	7,00%	2.977.721	2.530.442	jan/2027	Aquisição
Capital de giro	CDI + 0,31% a.m.	10,93%	-	1.117	jan/2018	Capital de giro
	CDI + 0,33% a.m.	11,20%	-	3.345	mar/2018	Capital de giro
	120,85% CDI	7,77%	-	10.440	jul/2018	Capital de giro
	120,75% CDI	7,77%	-	20.879	jul/2018	Capital de giro
	120% CDI	7,72%	-	21.221	jul/2018	Capital de giro
	122% CDI	7,86%	15.402	-	fev/2019	Capital de giro
	120,25% CDI	7,74%	30.828	-	ago/2020	Capital de giro
	125% CDI	8,06%	5.018	-	dez/2019	Capital de giro
	125,5% do CDI	8,08%	-	94	ago/2018	Capital de giro
	US\$ + Libor Tri	3,81%	11.706	10.039	abr/2019	Capital de giro
Conta garantida Pré-pagamento Debêntures não convertíveis	CDI + 0,90%	7,36%	43.471	87.467	set/2019	Investimento
	IPCA + 5,10%	9,40%	-	363.894	set/2018	Investimento
	IPCA + 5,57%	9,47%	203.613	197.923	set/2020	Investimento
	IPCA + 7,14%	11,09%	305.894	293.312	dez/2020	Investimento
	IPCA + 7,48%	11,45%	275.014	263.701	dez/2022	Investimento
	IPCA + 7,36%	11,32%	90.656	86.927	dez/2025	Investimento
	IPCA + 5,87%	9,78%	767.638	726.826	dez/2023	Investimento
	IPCA + 4,33%	8,18%	414.583	396.330	out/2024	Investimento
	IGPM + 6,10%	14,61%	228.009	-	mai/2028	Investimento
			8.833.336	8.201.530		
Total			9.957.138	9.674.994		
Circulante			1.161.203	1.611.547		
Não circulante			8.795.935	8.063.447		

A Companhia utilizou para o cálculo das taxas médias, em bases anuais, a média



anual da taxa do certificado de depósito interbancário (“CDI”) de 6,40% e taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) de 6,98%.

Os montantes não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
13 a 24 meses	1.118.902	1.127.365
25 a 36 meses	369.884	808.480
37 a 48 meses	300.807	256.669
49 a 60 meses	1.528.216	195.441
61 a 72 meses	448.323	1.139.353
73 a 84 meses	30.122	454.668
85 a 96 meses	392.389	278.446
Acima de 96 meses	4.607.292	3.803.025
	<b>8.795.935</b>	<b>8.063.447</b>

Composição por moedas:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Reais (R\$)	3.114.435	3.629.026
Dólar (US\$)	6.279.659	5.575.894
Libra esterlina	563.044	470.074
	<b>9.957.138</b>	<b>9.674.994</b>

Todas as dívidas com data denominadas em dólares norte-americanos, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.9). Para 5ª Emissão de debêntures denominada em R\$ da subsidiária Comgás foi realizada operação com derivativos no qual foi protegido seu fluxo de caixa futuro, sendo alterado o risco de juros de IPCA por percentuais do CDI.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>9.138.129</b>
Captação	912.642
Pagamento	(1.445.965)
Juros, variação cambial e valor justo	1.070.188
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>9.674.994</b>
Captação	647.928
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.486.890)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(611.968)
Juros, variação cambial e valor justo	1.733.074
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>9.957.138</b>

**a) Garantias**

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,96% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ R\$ 1.195.048 (R\$ 1.509.889 em 31 de dezembro de 2017).

Os outros empréstimos são garantidos por fiança bancária, com um custo médio de 1,4% ao ano.

**b) Linhas de crédito não utilizadas**

Em 31 de dezembro de 2018, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 501.000 (R\$ 501.000 em 31 de dezembro de 2017).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

**c) Clausulas restritivas (“Covenants”)**

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia é obrigada a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Mensuração em 31/12/2018
Debenture 3ª Emissão	Dívida onerosa líquida / EBITDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,17
Debenture 4ª Emissão	Dívida onerosa líquida / EBITDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,17
Debenture 5ª Emissão	Dívida onerosa líquida / EBITDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Debenture 6ª Emissão	Dívida onerosa líquida / EBITDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Debenture 7ª Emissão	Dívida onerosa líquida / EBITDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Senior Notes 2027	Dívida líquida <i>pro forma</i> <sup>(i)</sup> /EBITDA não superior ou igual a 3,5	2,4

(i) Inclui as controladas em conjunto.

Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não constam nenhuma cláusula financeira.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

#### d) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.10) devido ao uso de dados não observáveis, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 21.

## 5.7 Fornecedores

### Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 30 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de gás/transportes	-	-	838.105	1.563.930
Fornecedores de materiais e serviços	4.509	3.713	634.098	536.431
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás	-	-	-	(294.976)
	<b>4.509</b>	<b>3.713</b>	<b>1.472.203</b>	<b>1.805.385</b>

A subsidiária Comgás tem contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) e a Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (“Gas Brasileiro”), nas seguintes condições:

- i. Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2021, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 4,22 milhões de m<sup>3</sup>/dia, denominado Firme Nacional.
- ii. Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até junho de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m<sup>3</sup>/dia, denominado TCQ.
- iii. Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termoeletricidade (“PPT”) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda., com vigência até 31 de março de 2023.
- iv. Contrato com a Gas Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2019 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m<sup>3</sup> e volume anual contratado de 9,12 milhões de m<sup>3</sup>.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. Ambos os contratos são indexados à moeda americana.

Em 14 de novembro de 2018, iniciou-se a vigência de aditivos aos contratos Firme Nacional e TCQ, prorrogando o vencimento de ambos os contratos até dezembro de 2021. Uma das condições previstas em tais aditivos, foi liquidar o valor histórico de R\$ 995.951 (a atualização de R\$ 177.423 foi revertida no resultado financeiro), saldo controverso gerado entre janeiro de 2014 e outubro de 2015 correspondente a diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobras e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre

Petrobras e Gas Brasileiro. Também foi levantado o depósito judicial no montante bruto atualizado de R\$ 396.559 (a atualização de R\$ 101.583 foi contabilizada no resultado financeiro).

Os impactos do encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo de gás com a Petrobrás estão demonstrados: (i) na redução do saldo de fornecedores no balanço patrimonial, (ii) na reversão da atualização financeira e imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado do exercício e (iii) seus respectivos efeitos na demonstração de fluxo de caixa.

## **5.8 Obrigação com acionistas preferencialistas em subsidiárias**

### **Política contábil:**

O passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado levando em conta o saldo devedor da contribuição inicial, atualizado por índices financeiros, menos dividendos pagos atualizados.

Em 27 de junho de 2014, a Cosan realizou uma reorganização societária, com a criação da subsidiária (“CIP”), para otimizar sua estrutura de capital e melhorar o perfil de sua dívida. Foi recebido um aporte de R\$ 2.000.000, por meio de ações preferenciais emitidas sem direito a voto, de dois fundos - Fundo de Investimentos em Participações Multisetoriais Plus II (“FIP Multisetorial”) e com o Razac Fundo de Investimentos em Participações (“FIP Razac”). A CIP recebeu da Cosan participação de 50% nas controladas em conjunto, Raízen Energia e Raízen Combustíveis e os compromissos contribuídos foram debêntures e financiamentos de capital de giro.

O acordo de acionistas possui cláusulas de saída, na qual a Companhia pode recomprar essas participações.

A Companhia será obrigada a pagar os investidores se eles exercerem a opção de vender o investimento em 2021.

## 5.9 Instrumentos financeiros derivativos

### Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens

protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro de uma faixa de 60% a 140% (80% - 125% até 31 de dezembro de 2017).

Para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Notional		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Derivativos de taxa de câmbio</b>				
Contratos a Termo	515.342	61.606	(1.551)	96
	<b>515.342</b>	<b>61.606</b>	<b>(1.551)</b>	<b>96</b>
<b>Risco de taxa de câmbio e juros</b>				
Contratos de Swap (juros)	2.114.926	2.284.808	394.497	328.703
Contratos de Swap (juros e câmbio)	6.074.553	4.736.772	1.097.222	608.775
	<b>8.189.479</b>	<b>7.021.580</b>	<b>1.491.719</b>	<b>937.478</b>
<b>Total de instrumentos contratados pela Companhia</b>			1.490.168	937.574
<b>Ativos</b>			<b>1.515.882</b>	<b>1.052.105</b>
<b>Passivos</b>			<b>(25.714)</b>	<b>(114.531)</b>

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Adota-se a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de hedge quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida <sup>(i)</sup>	Derivativo <sup>(ii)</sup>	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>(1.534.072)</b>	<b>146.697</b>	<b>(1.387.375)</b>
Amortização juros	86.149	66.204	152.353
Valor justo	(199.676)	39.714	(159.962)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(1.647.599)</b>	<b>252.615</b>	<b>(1.394.984)</b>
Amortização de juros	93.639	(20.281)	73.358
Amortização de principal	364.491	(41.747)	322.744
Valor justo	(193.295)	121.350	(71.945)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(1.382.764)</b>	<b>311.937</b>	<b>(1.070.827)</b>

(i) Referente a empréstimos e financiamentos.

(ii) Referente a instrumentos financeiros derivativos.

## 5.10 Mensuração de valor justo reconhecidas

### Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

O valor de mercado das dívidas abaixo está cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (Nota 5.5) e baseiam-se no preço de mercado cotado da seguinte forma:

	<b>Empresa</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Senior Notes 2018	Cosan S.A	-	100,37%
Senior Notes 2023	Cosan S.A	96,86%	101,54%
Senior Notes 2027	Cosan S.A	101,15%	108,14%
Bônus perpétuos	Cosan S.A	101,21%	102,83%

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, exceto pela contraprestação contingente a pagar quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.



A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os

seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
			31/12/2018			31/12/2017		
	31/12/2018	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>								
Aplicação em fundos de investimento	1.598.421	1.849.820	-	1.598.421	-	-	1.849.820	-
Títulos e valores mobiliários	1.359.232	700.035	-	1.359.232	-	-	700.035	-
Outros ativos financeiros	454.449	346.718	454.449	-	-	346.716	1.340.002	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.515.882	1.052.105	-	1.515.882	-	-	1.052.105	-
<b>Total</b>	<b>4.927.984</b>	<b>3.948.678</b>	<b>454.449</b>	<b>4.473.535</b>	<b>-</b>	<b>346.716</b>	<b>4.941.962</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.277.386)	(5.164.575)	-	(5.277.386)	-	-	(5.164.575)	-
Contraprestação contingente <sup>(i)</sup>	(119.825)	(116.542)	-	-	(119.825)	-	-	(116.542)
Instrumentos financeiros derivativos	(25.714)	(114.531)	-	(25.714)	-	-	(114.531)	-
<b>Total</b>	<b>(5.422.925)</b>	<b>(5.395.648)</b>	<b>-</b>	<b>(5.303.100)</b>	<b>(119.825)</b>	<b>-</b>	<b>(5.279.106)</b>	<b>(116.542)</b>

- (i) A avaliação da contraprestação contingente considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando o cenário mais provável de receitas e do EBITDA projetado, que por sua vez determinam a capacidade de geração de caixa. Os inputs significativos não observáveis são a previsão da taxa de crescimento anual da receita, previsão da margem do EBITDA e a taxa de desconto de 13% ajustada ao risco.

A tabela a seguir apresenta as alterações nos itens do nível 3:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	166.807
Pagamentos do exercício	(50.265)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>116.542</b>
Pagamentos do exercício	2.616
Juros e variação cambial	667
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>119.825</b>

## 6 Outros tributos a recuperar

### Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Crédito tributário	40.261	38.926	40.261	38.926
COFINS <sup>(i)</sup>	3.694	3.698	369.695	31.454
ICMS	-	-	133.002	98.956
ICMS CIAP	-	-	9.390	10.169
PIS <sup>(i)</sup>	-	-	79.451	5.887
Outros	14	6	23.917	13.545
	<b>43.969</b>	<b>42.630</b>	<b>655.716</b>	<b>198.937</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.708</b>	<b>3.704</b>	<b>601.018</b>	<b>118.174</b>
<b>Não circulante</b>	<b>40.261</b>	<b>38.926</b>	<b>54.698</b>	<b>80.763</b>

- i. Em 15 de março de 2017, o STF decidiu, em tese de repercussão geral, pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Desta forma, a subsidiária Comgás reconheceu em 2018 os créditos decorrentes das contribuições do PIS e da COFINS, com base na decisão do STF, no montante de R\$ 188.216, parte como deduções de receitas e parte como outras receitas. Importante salientar que os créditos de PIS e COFINS compõem o plano de contas do regulador e serão revertidos em favor dos usuários da concessão através de revisão tarifária ou reajuste anual, após o trânsito em julgado, conforme determina a Portaria CSPE nº 399/2006 e legislação de regência. Além dos créditos reconhecidos pela decisão do STF, a subsidiária Comgás possui ativo contingente no montante aproximado de R\$ 569.000 decorrente da sua ação ainda não julgada em definitivo, que retroage até julho de 2008.

A subsidiária Moove obteve trânsito em julgado de sua ação em 15 de junho de 2018 que retroage até 2001 e por conta da decisão, foi reconhecido o montante de R\$ 232.013. Por força de contrato entre a Companhia e a subsidiária Moove, o montante compreendido entre o período de setembro de 2001 a fevereiro de 2017 que somam R\$ 200.866 é de direito da Cosan S.A. e a partir de março de 2017, o montante que soma R\$ 31.148 são de direito da subsidiária Moove.

Em resumo, a Companhia reconheceu de forma consolidada (Comgás e Moove) o montante de R\$ 420.229 (R\$ 127.959 como dedução de receitas,

R\$ 199.027 em outras receitas, e R\$ 93.243 no resultado financeiro). Trata-se de uma transação sem efeito caixa, desta forma o montante de R\$ 326.987 foi ajustado no fluxo de caixa como “Créditos fiscais extemporâneos”, e o montante de R\$ 93.243 como “Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos”.

## 7 Estoques

### Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	389.896	298.860
Estoque de materiais para construção	45.397	53.213
Almoxarifado e outros	17.611	28.697
	<b>452.904</b>	<b>380.770</b>

## 8 Investimentos em associadas

### 8.1 Subsidiárias e associadas

#### **Política contábil:**

##### **a) Subsidiárias**

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

##### **b) Associadas**

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do período de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de

equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

As subsidiárias da Cosan estão listadas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Subsidiárias</b>		
Moove Lubricants Limited	100,00%	100,00%
Comgás <sup>(ii)</sup>	80,12%	79,87%
Cosan Biomassa S.A. <sup>(i)</sup>	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investments Limited	100,00%	100,00%
Airport Energy Limited	100,00%	100,00%
Airport Energy Services Limited	100,00%	100,00%
Wessesx Petroleum Limited	100,00%	100,00%
Stanbridge	100,00%	100,00%
TTA <sup>(iv)</sup>	75,00%	-
Cosan Lubrificantes S.R.L. <sup>(iv)</sup>	100,00%	-
Lubrigrupoll <sup>(iv)</sup>	100,00%	-
Commercial Lubricants Moove Corp <sup>(iv)</sup>	100,00%	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A. <sup>(i)</sup>	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc.	100,00%	100,00%
Ilha Terminal Distribuição de Produtos Químicos	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A. <sup>(i)</sup>	100,00%	100,00%
Zip Lube S.A.	100,00%	100,00%
Payly Soluções de Pagamento S.A. <sup>(iii)</sup>	100,00%	-

- i. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional das subsidiárias. Apesar de apresentarem em 31 de dezembro de 2018 um montante combinado de passivo a descoberto de R\$ 75.275, conforme composição abaixo, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com o suporte financeiro da Companhia.

- ii. Oriundo de utilização parcial de benefício fiscal de ágio conforme Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 25 de abril de 2018. Como consequência foi reconhecida uma perda no patrimônio líquido no montante total de R\$ 7.888.
- iii. Subsidiária constituída em 01 de agosto de 2018 para início do novo negócio referente a uma plataforma de carteira digital.
- iv. Aquisição do controle / constituição de empresas no segmento Moove conforme nota 8.2.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

**a) Controladora**

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Comgás	132.023.251	105.779.857	80,12%	80,12%
Cosan Global	1	1	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	100,00%
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	990.441	990.441	100,00%	100,00%
Cosan Luxemburgo S.A.	500.010	500.000	100,00%	100,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	24.920.708	51,00%	3,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.735.703	531.125	51,00%	2,51%
Tellus Brasil Participações S.A.	120.920.492	61.359.624	50,74%	5,00%
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33,33%	33,33%
Janus Brasil Participações S.A.	207.712.545	105.461.644	50,77%	5,00%
Cosan Biomassa	26.841.942	26.841.942	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investment	6.300.001	6.300.001	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	32.752.251	32.751.751	99,99%	99,99%

	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Assunção de direitos e obrigações	Reclassificação passivo descoberto	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Comgás	3.688.493	1.008.192	(12.160)	(25.878)	(479.286)	-	-	-	(3.856)	4.175.505
Cosan Global	94.495	3.525	-	-	-	-	-	-	-	98.020
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.335.438	984.701	-	(46.519)	(1.088.000)	-	-	-	(1.341)	6.184.279
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	-	-	-	-	-	-	841.222	-	841.222
Cosan Lubes Investment	-	-	-	-	-	-	-	54.365	-	54.365
Cosan Luxemburgo S.A.	117.994	(74.086)	-	-	-	(70.560)	-	26.652	-	-
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	31.127	1.634	-	42	(566)	-	-	-	-	32.237
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	57.533	2.528	-	202	(678)	-	-	-	-	59.585
Tellus Brasil Participações S.A.	98.723	5.618	-	-	(3.232)	-	-	-	-	101.109
Usina Santa Luiza S.A.	4.389	22.987	-	-	-	1.833	-	-	-	29.209
Janus Brasil Participações S.A.	51.426	9.142	-	-	(4.386)	37.639	-	-	-	93.821
Outros	32.951	(1.222)	-	5.932	-	3.922	-	-	305	41.888
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>10.512.569</b>	<b>1.963.019</b>	<b>(12.160)</b>	<b>(66.221)</b>	<b>(1.576.148)</b>	<b>(27.166)</b>	<b>-</b>	<b>922.239</b>	<b>(4.892)</b>	<b>11.711.240</b>
Cosan Biomassa	(7.178)	(34.638)	-	-	-	-	-	-	-	(41.816)
Cosan Lubes Investment	(71.597)	(18.876)	-	55.055	-	89.783	-	(54.365)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(7.974)	195.143	-	(29.182)	-	600.000	83.235	(841.222)	-	-
Cosan Luxemburgo S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(26.652)	-	(26.652)
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	(6.074)	(731)	-	-	-	-	-	-	-	(6.805)
<b>Total investimento passivo descoberto</b>	<b>(92.823)</b>	<b>140.898</b>	<b>-</b>	<b>25.873</b>	<b>-</b>	<b>689.783</b>	<b>83.235</b>	<b>(922.239)</b>	<b>-</b>	<b>(75.273)</b>
<b>Total</b>	<b>10.419.746</b>	<b>2.103.917</b>	<b>(12.160)</b>	<b>(40.348)</b>	<b>(1.576.148)</b>	<b>662.617</b>	<b>83.235</b>	<b>-</b>	<b>(4.892)</b>	<b>11.635.967</b>



	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Reclassificação passivo descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Comgás	3.366.488	364.544	780.126	(12.422)	(770.459)	-	(39.784)	-	3.688.493
Cosan Global	94.314	181	-	-	-	-	-	-	94.495
Cosan Biomassa	1.503	-	-	-	-	-	-	(1.503)	-
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.146.924	1.016.102	-	204.064	(587.475)	-	(444.177)	-	6.335.438
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	32.307	41	-	-	-	-	-	(32.348)	-
Cosan Luxemburgo S.A.	322.308	(204.314)	-	-	-	-	-	-	117.994
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	30.537	1.704	-	46	(1.160)	-	-	-	31.127
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	55.148	3.128	-	232	(975)	-	-	-	57.533
Tellus Brasil Participações S.A.	97.002	4.972	-	-	(3.251)	-	-	-	98.723
Usina Santa Luiza S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4.389	4.389
Janus Brasil Participações S.A.	33.998	3.014	-	3.181	(1.840)	13.073	-	-	51.426
Outros	(14.566)	(775)	-	523	-	-	-	47.769	32.951
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>10.165.963</b>	<b>1.188.597</b>	<b>780.126</b>	<b>195.624</b>	<b>(1.365.160)</b>	<b>13.073</b>	<b>(483.961)</b>	<b>18.307</b>	<b>10.512.569</b>
Cosan Biomassa	-	(46.566)	-	-	-	39.044	(1.158)	1.502	(7.178)
Usina Santa Luiza S.A.	-	8.979	-	-	-	1.433	(6.023)	(4.389)	-
Cosan Lubes Investment	-	(439)	-	(23.389)	-	-	-	(47.769)	(71.597)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	(39.049)	-	(1.273)	-	-	-	32.348	(7.974)
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	-	(1.679)	-	(174)	-	-	(4.221)	-	(6.074)
<b>Total investimento passivo descoberto</b>	<b>-</b>	<b>(78.754)</b>	<b>-</b>	<b>(24.836)</b>	<b>-</b>	<b>40.477</b>	<b>(11.402)</b>	<b>(18.308)</b>	<b>(92.823)</b>
<b>Total</b>	<b>10.165.963</b>	<b>1.109.843</b>	<b>780.126</b>	<b>170.788</b>	<b>(1.365.160)</b>	<b>53.550</b>	<b>(495.363)</b>	<b>(1)</b>	<b>10.419.746</b>

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2018				Doze meses findos em 31/12/2017			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	3.095.968	(2.255.025)	840.943	194.866	1.939.363	(1.947.338)	7.975	(39.088)
Cosan Lubes Investment	1.111.693	(1.050.306)	61.387	(18.875)	672.336	(743.932)	71.596	(439)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.240.694	(302.946)	1.937.748	100.628	2.362.536	(63.915)	(2.298.621)	125.441
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	829.739	(18)	829.721	54.509	1.026.024	(53)	(1.025.971)	56.197
Comgás	12.059.881	(6.897.017)	5.162.864	1.258.968	12.396.634	(7.857.545)	(4.539.089)	559.657
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.189.489	(5.508)	6.183.981	984.700	6.342.116	(6.973)	(6.335.143)	1.016.101
Cosan Luxembourg S.A.	3.361.152	(3.387.801)	(26.649)	(74.084)	3.157.733	(3.039.739)	(117.994)	(204.315)
Cosan Global	98.023	-	98.023	(3.526)	94.497	-	(94.497)	183
Cosan Biomassa	172.895	(214.712)	(41.817)	(34.637)	167.154	(174.333)	7.179	(46.566)
Tellus Brasil Participações Ltda	2.097.536	(120.783)	1.976.753	110.185	2.029.201	(99.135)	(1.930.066)	97.044
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.825	(142.347)	1.839.478	133.134	1.753.327	(162.531)	(1.590.796)	116.357
Usina Santa Luiza S.A.	110.629	(22.993)	(87.636)	(74.467)	37.218	(24.050)	(13.168)	(5.625)

**b) Consolidado**

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	24.920.708	51,00%	3,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.735.703	531.125	51,00%	2,51%
Tellus Brasil Participações S.A.	120.920.492	61.359.624	50,74%	5,00%
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33,33%	33,33%
Janus Brasil Participações S.A.	207.712.545	105.461.644	50,77%	5,00%
Novvi Limited Liability Company	1.011.000	202.200	17,82%	17,82%

	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Tellus Brasil Participações S.A.	98.723	5.618	-	(3.232)	-	-	101.109
Novvi Limited Liability Company	11.756	(524)	2.217	-	-	-	13.449
Janus Brasil Participações S.A.	51.426	9.142	-	(4.386)	37.639	-	93.821
Radar Propriedades Agrícolas S.A	57.533	2.528	202	(678)	-	-	59.585
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	31.127	1.634	42	(566)	-	-	32.237
Usina Santa Luiza S.A.	4.389	22.987	-	-	1.833	-	29.209
Outros investimentos	4.458	(94)	704	-	-	40	5.108
	<b>259.412</b>	<b>41.291</b>	<b>3.165</b>	<b>(8.862)</b>	<b>39.472</b>	<b>40</b>	<b>334.518</b>

	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Tellus Brasil Participações S.A.	97.002	4.972	-	(3.251)	-	-	98.723
Novvi Limited Liability Company	18.838	(7.665)	583	-	-	-	11.756
Janus Brasil Participações S.A.	33.998	3.014	3.181	(1.840)	13.073	-	51.426
Radar Propriedades Agrícolas S.A	55.148	3.128	232	(975)	-	-	57.533
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	30.537	1.704	46	(1.160)	-	-	31.127
Usina Santa Luiza S.A.	-	8.979	-	-	1.433	(6.023)	4.389
Outros investimentos	4.577	(1.202)	-	-	-	1.083	4.458
	<b>240.100</b>	<b>12.930</b>	<b>4.042</b>	<b>(7.226)</b>	<b>14.506</b>	<b>(4.940)</b>	<b>259.412</b>

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2018				Doze meses findos em 31/12/2017			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro (prejuízo) do exercício
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.240.694	(302.946)	1.937.748	100.628	2.362.536	(63.915)	(2.298.621)	125.441
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	829.739	(18)	829.721	54.509	1.026.024	(53)	(1.025.971)	56.197
Novvi Limited Liability Company	81.729	(6.255)	75.474	11.750	42.739	(7.095)	(35.644)	(24.415)
Tellus Brasil Participações Ltda	2.097.536	(120.783)	1.976.753	110.185	2.029.201	(99.135)	(1.930.066)	97.044
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.825	(142.347)	1.839.478	133.134	1.753.327	(162.531)	(1.590.796)	116.357
Usina Santa Luiza S.A.	110.629	(22.993)	(87.636)	(74.467)	37.218	(24.050)	(13.168)	(5.625)

## 8.2 Aquisição de subsidiárias

### **Política contábil:**

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer *goodwill* que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- i. a valor justo; ou
- ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado.

A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

### **Mensuração dos valores justos**

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração preliminar de valor justo, caso novas

informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação preliminar.

Em 31 de outubro de 2017, a Cosan, por meio de sua controlada indireta Moove Lubricants, adquiriu o controle integral da empresa Stanbridge. Em 30 de junho de 2018, a Moove Lubricants, complementou o preço pago referente a essa aquisição, em função do cumprimento de determinadas condições contratuais, que gerou um aumento de contraprestação no montante de R\$ 31.726. Além disso, após o cumprimento das condições contratuais e a revisão do valor justo da transação, o saldo remanescente e a contraprestação adicional foram liquidados em dinheiro no montante de R\$ 36.023. Adicionalmente, parte do preço de compra foi alocado em “Relacionamento com Clientes” no valor de R\$ 136.626 (Nota 14).

### Aquisições

Ao longo do exercício de 2018 a subsidiária Cosan Lubes Investments Limited (“CLI”), vem expandindo o seu negócio de produção e distribuição de lubrificantes no exterior, por meio das seguintes aquisições:

Nome da adquirida	TTA	Lubrigrupo II	Metrolube
Localidade	Lonrai, França	Viseu, Portugal	Nova Iorque, EUA
Descrição da operação	Distribuição de lubrificantes		
Data da aquisição	31/05/2018	31/05/2018	20/12/2018
Percentual adquirido	75%	100%	100%

#### a) Contraprestação transferida

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida dos três negócios combinados totalizou R\$ 168.432 veja detalhamento abaixo:

	<b>TTA</b>	<b>Lubrigrupoll</b>	<b>Metrolube</b>	<b>Total</b>
Caixa	44.235	6.106	66.360	116.701
Contraprestação contingente	-	5.233	46.498	51.731
<b>Total da contraprestação transferida</b>	<b>44.235</b>	<b>11.339</b>	<b>112.858</b>	<b>168.432</b>

**b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos**

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

	<b>TTA</b>	<b>Lubrigrupoll</b>	<b>Metrolube</b>	<b>Total</b>
Contas a receber de clientes	34.997	3.830	12.066	50.893
Estoques	12.251	3.405	13.799	29.455
Outros ativos	5.335	73	2.340	7.749
Imobilizado	5.288	30	6.867	12.185
Intangível	-	1	32.936	32.937
Empréstimos	(8.281)	-	-	(8.281)
Fornecedores	(27.388)	(3.102)	(21.903)	(52.393)
Outros passivos	(5.919)	(1.049)	(796)	(7.766)
Participação de acionistas não controladores	(6.872)	-	-	(6.872)
<b>Total líquido dos ativos adquiridos</b>	<b>9.411</b>	<b>3.188</b>	<b>45.309</b>	<b>57.907</b>

**c) Mensuração de valores justos**

O contas a receber adquirido de R\$ 16.431 está líquido de provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 1.184.

O estoque adquirido de R\$ 16.420 está líquido de provisão para obsolescência no montante de R\$ 1.237.

A demonstração consolidada do resultado inclui, desde as respectivas datas de aquisições, receita líquida e lucro das subsidiárias adquiridas conforme abaixo:

	<b>TTA</b>	<b>Lubrigrupoll</b>	<b>Total</b>
Receita líquida	122.424	14.895	137.319
Lucro	2.642	874	3.516

Se as subsidiárias adquiridas tivessem sido consolidadas desde 1º de janeiro de 2018, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentaria uma receita líquida de R\$ 10.387.774 e lucro de R\$ 1.905.499.

A mensuração do acionista não controlador da subsidiária TTA foi calculada pela sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis.

#### d) Ágio preliminar

O valor justo na data de aquisição do ágio preliminar consistiu no seguinte:

	<b>TTA</b>	<b>Lubrigrupoll</b>	<b>Metrolube</b>	<b>Total</b>
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido <sup>(i)</sup>	33.028	10.044	112.858	155.931
Total líquido dos ativos adquiridos a valor justo	9.411	3.188	45.309	57.907
<b>Ágio preliminar</b>	<b>23.618</b>	<b>6.856</b>	<b>67.548</b>	<b>98.023</b>

i. Efeito caixa da contraprestação transferida R\$ 99.625.

### 8.3 Participação de acionistas não controladores

#### Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	<b>Número de ações da investida</b>	<b>Ações dos não controladores</b>	<b>Participação de não controladores</b>
Comgás	132.023.251	26.243.394	19,88%
TTA	10.521	2.630	25,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Novas normas adotadas pela Companhia - Nota 3.3	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Comgás	850.595	250.774	12.287	(6.418)	(118.945)	(1.280)	-	345	987.358
TTA	-	656	-	(795)	-	-	7.199	-	7.060
	<b>850.595</b>	<b>251.430</b>	<b>12.287</b>	<b>(7.213)</b>	<b>(118.945)</b>	<b>(1.280)</b>	<b>7.199</b>	<b>345</b>	<b>994.418</b>

	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Comgás	1.826.733	195.206	(753.019)	(3.130)	(428.603)	13.408	850.595

#### Balanço patrimonial resumido:

	Comgás		TTA
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
<b>Ativo</b>			
Circulante	3.223.524	3.292.492	65.746
Não circulante	8.836.357	9.104.142	6.528
<b>Total ativo</b>	<b>12.059.881</b>	<b>12.396.634</b>	<b>72.274</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	(1.915.211)	(3.126.675)	(43.895)
Não circulante	(4.981.805)	(4.730.870)	(80)
<b>Total passivo</b>	<b>(6.897.016)</b>	<b>(7.857.545)</b>	<b>(43.975)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>5.162.865</b>	<b>4.539.089</b>	<b>28.299</b>



**Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:**

	<b>Comgás</b>		<b>TTA</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita líquida	6.840.011	5.537.857	122.424
Resultado antes dos impostos	1.799.963	795.629	3.963
Imposto de renda e contribuição social	(540.995)	(235.972)	(1.321)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>1.258.968</b>	<b>559.657</b>	<b>2.642</b>
Outros resultado abrangentes	1	(15.585)	(795)
<b>Resultados abrangente total</b>	<b>1.258.969</b>	<b>544.072</b>	<b>1.847</b>
Resultado abrangente atribuído a não controlador	250.256	109.501	462
Dividendos pagos	756.767	1.121.407	-

**Demonstração dos fluxos de caixa resumida:**

	<b>Comgás</b>		<b>TTA</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.573.171	1.637.103	(1.567)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	(1.121.605)	(634.776)	6.230
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(1.576.470)	(1.383.142)	9.009
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.124.904)</b>	<b>(380.815)</b>	<b>13.672</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>1.727.520</b>	<b>2.108.336</b>	<b>11.756</b>
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(11.894)
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>602.616</b>	<b>1.727.521</b>	<b>13.534</b>

## 9 Investimentos em controlada em conjunto

### Política contábil:

A Companhia firmou contrato para formar duas controladas em conjunto, respondendo por 50% dos benefícios econômicos das empresas.

A Cosan detém o controle conjunto da Raízen Combustíveis e Raízen Energia em virtude de sua participação de 50% no capital de ambas as empresas e da exigência de consentimento unânime de todos os acionistas sobre as decisões relacionadas às atividades significativas. Os investimentos foram classificados como controladas em conjunto e, portanto, o método de equivalência patrimonial é utilizado para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Os acordos de controladas em conjunto exigem o consentimento unânime de todas as partes para todas as atividades relevantes. Os dois sócios têm direitos diretos sobre os ativos da sociedade e são solidariamente responsáveis pelos passivos incorridos pela parceria.

As alterações nos investimentos em controladas em conjunto foram as seguintes:

	Consolidado		
	Raízen Combustível	Raízen Energia	Total
Número de ações da investida	1.661.418.472	7.243.283.198	
Quotas da investidora	830.709.236	3.621.641.599	
Percentual de participação	50%	50%	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>3.190.821</b>	<b>5.315.574</b>	<b>8.506.395</b>
Resultado de equivalência	694.015	291.075	985.090
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.349)	209.412	204.063
Juros sobre capital próprio	(42.000)	-	(42.000)
Dividendos	(651.500)	(554.249)	(1.205.749)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.185.987</b>	<b>5.261.812</b>	<b>8.447.799</b>
Resultado de equivalência	693.226	253.056	946.282
Ajuste de avaliação patrimonial	8.358	(54.881)	(46.523)
Juros sobre capital próprio	(88.200)	-	(88.200)
Novas normas e interpretações e alterações adotadas pela Companhia	(1.258)	(82)	(1.340)
Dividendos	(693.500)	(486.611)	(1.180.111)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.104.613</b>	<b>4.973.294</b>	<b>8.077.907</b>

A demonstração da posição financeira e a demonstração do resultado das controladas em conjunto estão divulgadas na Nota 4, Segmentos.

De acordo com os termos da controlada em conjunto - Raízen, a Cosan é responsável por certos processos judiciais que existiam antes da formação da Raízen, líquidos de depósitos judiciais em 1º de abril de 2011, bem como parcelamentos tributários nos termos da anistia fiscal e Programa de Refinanciamento registrado em “Outros tributos a pagar”. Além disso, a Cosan concedeu à Raízen acesso a uma linha de crédito (*stand-by*) no valor de US\$ 350.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2018.

## 10 Imobilizado, intangível e ágio

### Política contábil:

#### Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das

diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.

## 10.1 Imobilizado

### Política contábil:

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Terrenos, edifícios e benfeitorias	4% a 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% a 11%
Aviões, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10% a 15%
Equipamentos de informática	20%

## Reconciliação do valor contábil

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2017	243.054	186.705	40.020	56.315	526.094	34.774
Adições	38	-	44.937	620	45.595	5.854
Combinação de negócio	-	2.867	-	17.736	20.603	-
Baixas	-	(5.505)	-	(1.019)	(6.524)	(284)
Transferências (i)	5.132	15.793	(28.158)	(11.886)	(19.119)	(289)
em 31 de dezembro de 2017	248.224	199.860	56.799	61.766	566.649	40.055
Adições	565	8.702	207.506	8.173	224.946	47.863
Combinação de negócio	-	-	-	5.699	5.699	-
Baixas	(1.865)	(4.903)	-	(5.717)	(12.485)	(1.056)
Transferências (i)	6.799	24.400	(211.474)	50.039	(130.236)	(1.068)
Efeito da variação cambial	21.251	14.640	2.259	9.361	47.511	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	274.974	242.699	55.090	129.321	702.084	85.794
<b>Valor de depreciação:</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(40.993)	(57.965)	-	(37.807)	(136.765)	(13.197)
Adições	(9.761)	(18.829)	-	(6.976)	(35.566)	(4.357)
Baixas	-	3.897	-	713	4.610	-
Transferências (i)	-	(801)	-	14.198	13.397	2
em 31 de dezembro de 2017	(50.754)	(73.698)	-	(29.872)	(154.324)	(17.552)
Adições	(11.435)	(19.768)	-	(9.717)	(40.920)	(3.575)
Baixas	1.201	4.576	-	4.801	10.578	935
Transferências (i)	(1.500)	2.292	-	(94)	698	1.049
Efeito da variação cambial	(3.197)	(10.724)	-	(5.782)	(19.703)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(65.685)	(97.322)	-	(40.664)	(203.671)	(19.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	197.470	126.162	56.799	31.894	412.325	22.503
Saldo em 31 de dezembro de 2018	209.289	145.377	55.090	88.657	498.413	66.651

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

## 10.2 Ativos intangíveis e ágio

### Política contábil:

#### a) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide nota 8.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

#### b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### c) Relacionamento com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

#### d) Direitos de concessão

A subsidiária Comgás possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a subsidiária reconhece esse direito como um ativo intangível.

O ativo intangível compreende: (i) o direito de concessão reconhecido na combinação de negócios da subsidiária Comgás, que está sendo amortizado pelo prazo da concessão linearmente, considerando a extensão dos serviços de

distribuição por mais vinte anos; e (ii) os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, que está sendo depreciado para corresponder ao período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador, a Agência de Gás Natural do Estado de São Paulo, para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”).

A amortização dos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

**e) Despesas subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**f) Amortização**

Exceto pelo *goodwill*, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados, se apropriado.

	Consolidado						Controladora
	Ágio	Direito de concessão	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>614.808</b>	<b>9.349.819</b>	<b>252.474</b>	<b>946.824</b>	<b>252.465</b>	<b>11.416.390</b>	<b>13.912</b>
Adições	-	361.946	-	65.813	45.628	<b>473.387</b>	782
Combinação de negócio <sup>(i)</sup>	136.626	-	-	-	9.299	<b>145.925</b>	-
Baixas	-	(182.339)	-	(11.554)	(1)	<b>(193.894)</b>	-
Transferências	-	3.418	-	(11.696)	13.572	<b>5.294</b>	(1.483)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>751.434</b>	<b>9.532.844</b>	<b>252.474</b>	<b>989.387</b>	<b>320.963</b>	<b>11.847.102</b>	<b>13.211</b>
Adições	-	412.053	-	77.931	74.025	<b>564.009</b>	374
Combinação de negócio <sup>(i)</sup>	(6.878)	-	-	136.626	32.936	<b>162.684</b>	-
Baixas	-	(131.263)	(228.270)	(402.266)	(66.800)	<b>(828.599)</b>	(61)
Transferências	-	14.102	-	(74.632)	2.647	<b>(57.883)</b>	-
Efeito da variação cambial	38.227	-	13.673	15.817	11.002	<b>78.719</b>	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>782.783</b>	<b>9.827.736</b>	<b>37.877</b>	<b>742.863</b>	<b>374.773</b>	<b>11.766.032</b>	<b>13.524</b>
<b>Valor da amortização:</b>							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	-	<b>(1.109.298)</b>	<b>(182.616)</b>	<b>(668.695)</b>	<b>(127.631)</b>	<b>(2.088.240)</b>	<b>(7.291)</b>
Adições	-	(369.116)	(22.827)	(127.584)	(40.628)	<b>(560.155)</b>	(2.476)
Baixas	-	143.331	-	8.132	-	<b>151.463</b>	-
Transferências	-	(247)	-	721	(46)	<b>428</b>	1.770
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	<b>(1.335.330)</b>	<b>(205.443)</b>	<b>(787.426)</b>	<b>(168.305)</b>	<b>(2.496.504)</b>	<b>(7.997)</b>
Adições	-	(360.910)	(22.827)	(105.773)	(46.677)	<b>(536.187)</b>	(2.406)
Baixas	-	94.133	228.270	400.679	65.965	<b>789.047</b>	-
Transferências	-	(360)	-	179.636	383	<b>179.659</b>	61
Efeito da variação cambial	-	-	-	(1.735)	(3.836)	<b>(5.571)</b>	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	<b>(1.602.467)</b>	-	<b>(314.619)</b>	<b>(152.470)</b>	<b>(2.069.556)</b>	<b>(10.342)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>751.434</b>	<b>8.197.514</b>	<b>47.031</b>	<b>201.961</b>	<b>152.658</b>	<b>9.350.598</b>	<b>5.214</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>782.783</b>	<b>8.225.269</b>	<b>37.877</b>	<b>428.244</b>	<b>222.303</b>	<b>9.696.476</b>	<b>3.182</b>

- (i) Os ágios das aquisições, conforme descrito na Nota 8.2, são compostos por: a) Stanbridge de R\$ 31.726; b) TTA de R\$ 23.618; c) Lubrigrupoll de R\$ 6.856; d) Commercial Lubricants, LLC (d/b/a Metrolube) ("Metrolube") de R\$ 67.548; e e) alocação do preço de compra da Stanbridge de R\$ 136.626.



## Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados R\$ 9.917 a uma taxa média de 8,94% a.a. (R\$ 9.799 e 8,43% em 31 de dezembro de 2017).

## Métodos de amortização e vidas úteis

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2018	31/12/2017
Comgás <sup>(i)</sup>	Durante prazo da concessão	8.225.269	8.197.514
		8.225.269	8.197.514
Marcas e patentes:			
<i>Mobil</i>	10,00%		22.827
<i>Comma</i>	-	37.877	24.204
		37.877	47.031
Relacionamentos com clientes:			
Comgás	20,00%	149.890	174.459
Moove	6,00%	278.354	27.502
		428.244	201.961
Outros			
Licença de software	20,00%	142.937	135.808
Outros		79.366	16.850
		222.303	152.658
<b>Total</b>		<b>8.913.693</b>	<b>8.599.164</b>

- (i) Refere-se ao ativo intangível da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos da concessão;

## Teste de redução ao valor recuperável de ágio nas unidades geradoras de caixa (“UGC”)

Os valores contábeis combinados do ágio alocado a cada unidade geradora de caixa são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Unidade geradora de caixa Moove	782.740	751.391
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	43	43
<b>Total do ágio</b>	<b>782.783</b>	<b>751.434</b>

As principais premissas utilizadas consideram, principalmente, a expectativa de crescimento das operações com base no Produto Interno Bruto segmentado por país, bem

como os níveis de crescimento médio experimentado nos últimos anos e outros aspectos macroeconômicos, bem como a expectativa de preço de venda das ações, utilizando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos negócios.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados a uma taxa de 9,3% (custo médio ponderado de capital) e uma taxa de crescimento de 3,75% a partir de 2028, refletindo riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Um aumento de 6,3% na taxa de desconto deve mudar para que o valor recuperável estimado seja igual ao valor contábil. O dólar tem impacto nas projeções e, portanto, uma flutuação na taxa de câmbio teria um efeito sobre a estimativa.

Em 31 de dezembro de 2018, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas-chave, conforme descrito acima, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, portanto, não é possível determinar se novas reduções perdas de recuperação ocorrerão no futuro e, se ocorrerem, se elas seriam materiais.

## **11 Compromissos**

### **a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias**

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também IFRS, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da subsidiária Comgás. Portanto, os saldos apresentados abaixo não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

Ativos regulatórios (passivos):

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de gás a recuperar / (repassar)	504.175	(174.090)
Créditos de tributos a recuperar / (repassar)	(252.816)	(46.807)
	<b>251.359</b>	<b>(220.897)</b>
<b>Receitas não reconhecida no resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>472.256</b>	<b>193.114</b>
Ativo (passivo) regulatório	672.810	243.722
Ativo (passivo) regulatório - tributos	(127.815)	(12.222)
	<b>544.995</b>	<b>231.500</b>
Atualização	3.713	(26.119)
Créditos extemporâneos	(76.452)	(12.267)
	<b>472.256</b>	<b>193.114</b>

**b) Compromissos com contratos de fornecimento**

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a subsidiária Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 13.525.873, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte.

**c) Compromissos com contratos de aluguel**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os futuros pagamentos mínimos de arrendamento operacionais não canceláveis são os seguintes:

- i. Contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 2.765 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 2.847); e
- ii. Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	31/12/2018	31/12/2017
Menos de 1 ano	2.491	3.035
Mais que 1 ano e menos que 5 anos	8.390	8.010
Mais que 5 anos	3.496	5.013
	<b>14.377</b>	<b>16.058</b>

## 12 Outros tributos a pagar

### Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam uma despesa para a Companhia. Também está sujeito a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento de débitos tributários	199.582	200.484	206.687	207.790
ICMS	-	-	91.512	118.497
COFINS	44.966	114.854	44.210	144.351
PIS	6.798	24.452	6.602	30.825
Outros	2.724	1.513	10.423	30.180
INSS	818	586	1.288	1.134
	<b>254.888</b>	<b>341.889</b>	<b>360.722</b>	<b>532.777</b>
<b>Circulante</b>	<b>110.507</b>	<b>198.569</b>	<b>209.878</b>	<b>382.150</b>
<b>Não circulante</b>	<b>144.381</b>	<b>143.320</b>	<b>150.844</b>	<b>150.627</b>

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
de 13 a 24 meses	13.498	13.214	13.498	13.214
de 25 a 36 meses	10.987	13.402	10.987	13.402
de 27 a 48 meses	10.987	10.895	10.987	10.895
de 49 a 60 meses	10.987	10.895	10.987	10.895
de 61 a 72 meses	10.979	10.895	10.979	10.895
de 73 a 84 meses	8.251	10.454	8.251	10.454
de 85 a 96 meses	8.251	8.251	8.251	8.251
Acima de 96 meses	70.441	65.314	76.904	72.621
	<b>144.381</b>	<b>143.320</b>	<b>150.844</b>	<b>150.627</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social

### **Política contábil:**

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

#### **i. Imposto corrente**

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### **ii. Imposto diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

#### **iii. Exposição fiscal**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento

com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

### **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

### **a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.662.663	1.606.191	2.420.874	1.968.255
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(565.305)	(546.105)	(823.097)	(669.207)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	677.966	339.392	335.775	339.327
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(4.881)	(30.458)	(11.300)	(50.866)
Transações com pagamento baseado em ações	(1.334)	(2.030)	(1.334)	(2.030)
Juros sobre capital próprio	(37.933)	(45.177)	(19.777)	(21.140)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(11.821)	(16.434)
Resultado de empresas no exterior	(1.634)	-	12.112	(18.140)
Efeito tributário na adesão ao PERT MP 783/17	-	-	-	(4.438)
Retificação prejuízo fiscal e base negativa utilizados na liquidação de parcelamento	-	(3.554)	-	(3.554)
Estorno ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	(66.396)	-	-	-
Outros	(10.825)	(2.935)	2.319	(11.243)
<b>Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)</b>	<b>(10.342)</b>	<b>(290.867)</b>	<b>(517.123)</b>	<b>(457.725)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>0,62%</b>	<b>18,11%</b>	<b>21,36%</b>	<b>23,26%</b>

## b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Créditos ativos de:</b>				
Prejuízos fiscais de IRPJ	188.370	193.812	403.511	401.541
Base negativa de contribuição social	68.842	70.800	146.942	146.233
<b>Diferenças temporárias</b>				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	776.142	495.957	789.220	548.568
Provisão para demandas judiciais	48.156	55.597	186.148	160.386
Ágio na incorporação	-	-	-	56.276
Obrigação de benefício pós-emprego	-	-	175.178	153.434
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	-	27	11.731	3.508
Conta corrente regulatória	-	-	59.597	65.318
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	37.916	30.809
Transações com pagamento baseado em ações	-	1.311	869	1.602
Provisões de participações no resultado	5.508	3.462	13.119	11.207
Juros sobre opções de ações	155.562	218.599	155.562	218.599
Revisão de vida útil de imobilizado e intangível	-	-	(284.774)	(312.113)
Disputas contratuais (Nota 5.7)	-	-	-	86.482
Provisões diversas	47.692	45.173	103.988	133.584
Outros	-	-	15.056	6.985
<b>Total</b>	<b>1.297.257</b>	<b>1.091.723</b>	<b>1.814.063</b>	<b>1.712.419</b>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	-	-	(27.493)	(18.040)
<b>Créditos passivos de:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Combinação de negócios - Imobilizado	-	-	(25.219)	(26.025)
Ágio fiscal amortizado	(21.823)	(21.823)	(365.411)	(329.271)
Arrendamento mercantil	-	-	(14)	(14)
Intangível-Contrato de concessão	-	-	(6.745)	(8.681)
Resultado não realizado com derivativos <sup>(i)</sup>	(327.080)	(156.081)	(441.902)	(154.044)
Efeitos na formação das controladas em conjunto	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)
Combinação de negócios - Intangível	-	-	(1.146.823)	(1.161.630)
Outros	-	(51.951)	88.698	(16.741)
<b>Total</b>	<b>(1.483.939)</b>	<b>(1.364.891)</b>	<b>(3.032.452)</b>	<b>(2.831.442)</b>
<b>Total de tributos diferidos registrados</b>	<b>(186.682)</b>	<b>(273.168)</b>	<b>(1.245.882)</b>	<b>(1.137.063)</b>
<b>Diferido Ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>494.498</b>	<b>474.804</b>
<b>Diferido Passivo</b>	<b>(186.682)</b>	<b>(273.168)</b>	<b>(1.740.380)</b>	<b>(1.611.867)</b>

- i. A subsidiária Comgás optou pelo regime de tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos por competência para o exercício de 2018, portanto os impostos diferidos sobre ganhos de resultado não realizado com derivativos passaram a apresentar o saldo

passivo fiscal diferido, os quais anteriormente eram compensados com as perdas da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	<b>Consolidado</b>
Dentro de 1 ano	25.889
De 1 a 2 anos	31.192
De 2 a 3 anos	36.193
De 3 a 4 anos	42.636
De 4 a 5 anos	49.585
De 5 a 8 anos	181.019
De 8 a 10 anos	127.984
<b>Total</b>	<b>494.498</b>

### c) Movimentações no imposto diferido

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>6.987</b>	<b>(778.536)</b>
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(283.709)	(369.255)
Outros resultados abrangentes	-	8.201
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de parcelamento	3.554	3.554
Outros	-	(1.027)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(273.168)</b>	<b>(1.137.063)</b>
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	6.499	(121.166)
Outros resultados abrangentes	-	27.184
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de parcelamento	2.104	2.104
Combinação de negócios	-	(24.164)
IR/CS s/ incorporação parcial de subsidiária	77.883	-
Outros	-	7.223
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(186.682)</b>	<b>(1.245.882)</b>

A Companhia espera realizar o imposto diferido integral sobre prejuízos fiscais e contribuição social.



## 14 Provisão para processos judiciais

### Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia possuía passivos contingentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em relação a:

Provisão para demandas judiciais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributária	126.088	94.004	457.361	432.350
Cíveis, ambientais e regulatório	86.279	105.708	216.991	226.825
Trabalhistas	93.984	115.079	174.163	186.947
	<b>306.351</b>	<b>314.791</b>	<b>848.515</b>	<b>846.122</b>

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributária	308.745	236.921	424.412	352.612
Cíveis, ambientais e regulatório	13.815	13.890	35.947	33.765
Trabalhistas	31.994	32.230	48.039	48.035
	<b>354.554</b>	<b>283.041</b>	<b>508.398</b>	<b>434.412</b>

Movimentação das provisões para processos judiciais:

<b>Controladora</b>				
	<b>Tributária</b>	<b>Cíveis, ambientais e regulatórios</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>85.658</b>	<b>67.426</b>	<b>134.212</b>	<b>287.296</b>
Provisionado no exercício	8.669	44.320	35.391	88.380
Baixas por reversão / pagamento	(7.400)	(15.838)	(46.582)	(69.820)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	7.077	9.800	(7.942)	8.935
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>94.004</b>	<b>105.708</b>	<b>115.079</b>	<b>314.791</b>
Provisionado no exercício	5.408	5.322	28.009	38.739
Baixas por reversão / pagamento	(17)	(23.426)	(42.162)	(65.605)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	26.693	(1.325)	(6.942)	18.426
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>126.088</b>	<b>86.279</b>	<b>93.984</b>	<b>306.351</b>

  

<b>Consolidado</b>				
	<b>Tributária</b>	<b>Cíveis, ambientais e regulatórios</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>405.060</b>	<b>189.861</b>	<b>166.621</b>	<b>761.542</b>
Provisionado no exercício	14.155	69.320	71.786	155.261
Baixas por reversão / pagamento	(9.293)	(30.332)	(59.339)	(98.964)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	22.428	(2.024)	7.879	28.283
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>432.350</b>	<b>226.825</b>	<b>186.947</b>	<b>846.122</b>
Provisionado no exercício	5.633	28.847	38.683	73.163
Baixas por reversão / pagamento	(17.849)	(31.703)	(50.107)	(99.659)
Transferência	7.178	(7.178)	-	-
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	30.049	200	(1.360)	28.889
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>457.361</b>	<b>216.991</b>	<b>174.163</b>	<b>848.515</b>

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

#### a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Compensação com FINSOCIAL <sup>(i)</sup>	-	-	286.929	280.158
INSS <sup>(iii)</sup>	56.707	54.645	67.592	65.149
Crédito de ICMS <sup>(iii)</sup>	30.735	29.404	39.135	43.848
IPI	28.931	678	28.931	678
IRPJ e CSLL	66	-	1.589	1.521
PIS e COFINS	16	15	160	155
Outros	9.633	9.262	33.025	40.841
	<b>126.088</b>	<b>94.004</b>	<b>457.361</b>	<b>432.350</b>

- i. A subsidiária CLE efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais de outubro de 2003 até novembro de 2006, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação desses tributos permanece em discussão na esfera administrativa. Não existem depósitos judiciais relacionados a esse processo.
- ii. O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Depósitos judiciais são realizados mensalmente.
- iii. O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos às diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, mas que, no entendimento fazendário, tais materiais seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Alcool Ltda. (encomendante) e (c) autos de infração relacionados ao aproveitamento de créditos de ICMS quando a base de cálculo presumida no regime de substituição tributária para frente for

maior que a efetivamente realizada.

- **Processos cíveis, regulatórios, ambientais e outros:** A Companhia e suas subsidiárias são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos (iii) ações civis públicas relacionadas à queima de palha de cana-de-açúcar; (iv) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia obtinha R\$ 35.947 em depósitos judiciais para processos civis e ambientais, e esse valor era de R\$ 33.765 em 31 de dezembro de 2017. A Companhia e suas subsidiárias também são partes em processos relacionados a outros assuntos pulverizados.

- **Processos trabalhistas:** a Cosan e suas controladas também participam de diversas reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e prestadores de serviços questionando, entre outras questões, o pagamento de: horas extras e reflexos; Adicional noturno, insalubridade, periculosidade; eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; supostas condições inadequadas de trabalho; reintegração no emprego; indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e outros fundamentos; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros; reconhecimento de jornada de turno ininterrupto; sobreaviso; danos morais coletivos; diferenças salariais; responsabilidade subsidiária; e outros. Além disso, estamos envolvidos em algumas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho em relação ao suposto descumprimento de determinados regulamentos trabalhistas, incluindo regras de trabalho e segurança, condições de trabalho e ambiente de trabalho e assistência social; Além disso, celebramos alguns Termos de Ajustamento de Conduta, mas determinações de consentimento (Condições de Ajustamento de Conduta) com as autoridades brasileiras.

#### **b) Perdas possíveis**

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível

são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	4.499.830	4.819.403	8.404.359	8.300.365
Cíveis, ambientais e regulatórios	820.890	620.702	1.524.691	1.342.822
Trabalhistas	97.952	201.247	145.567	255.779
	<b>5.418.672</b>	<b>5.641.352</b>	<b>10.074.617</b>	<b>9.898.966</b>

- **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL <sup>(i)</sup>	660.208	532.246	2.867.881	2.394.273
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias <sup>(ii)</sup>	1.542.607	1.614.146	1.978.627	2.006.898
PIS e COFINS <sup>(iii)</sup>	1.327.528	1.285.519	1.344.012	1.286.306
IRRF <sup>(iv)</sup>	1.314	1.292	871.009	840.603
IPI - Imposto sobre produtos industrializados <sup>(vi)</sup>	360.398	443.483	490.500	523.121
INSS <sup>(v)</sup>	208.450	531.297	260.712	556.252
MP 470 - Parcelamentos de débitos <sup>(vi)</sup>	185.236	180.291	185.236	180.291
Compensações com crédito IPI - IN 67/98 <sup>(vii)</sup>	134.642	132.270	134.642	132.270
Outros	79.447	98.859	271.740	317.246
	<b>4.499.830</b>	<b>4.819.403</b>	<b>8.404.359</b>	<b>8.237.260</b>

- i. A Companhia e suas subsidiárias possuem (a) autos de infração relativos à glosa de deduções da amortização de despesa de ágio; (b) auto de infração relativo à variação cambial e juros incorridos por entender o Fisco que as operações societárias realizadas tiveram o intuito de postergar a liquidação de dívida contraída no exterior por meio da Emissão de Bônus Perpétuos, de modo a reduzir o resultado positivo de variação cambial; (c) A subsidiária Comgás teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários realizadas em 2015, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e (d) autos de infração de multa isolada de 50%, decorrentes de não homologação de compensações realizadas por meio de PER/DCOMP.
- ii. As demandas judiciais relacionadas ao ICMS envolvem, essencialmente:
  - (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados por suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de

industrialização por encomenda; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária que, no entendimento fazendário, tal produto enquadrar-se-ia como mercadoria semi-elaborada; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas e /ou de aquisições de mercadorias que, após as operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque; (f) exigência de ICMS decorrente de substituição tributária e guerra fiscal e (g) recolhimento do FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (depósito de 10% do montante do ICMS desonerado pela utilização dos benefícios fiscais) sobre as operações de industrialização e comercialização de óleo lubrificante, tendo em vista que a imunidade constitucional prevista art. 155, § 2º, X, “b” da CF/88 não pode ser considerada como benefício fiscal nos termos da Lei nº 7.248/2016, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 45.810/2016. Depósitos judiciais realizados mensalmente.

- iii. As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.
- iv. A subsidiária CLE teve auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretenso ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior. A subsidiária Comgás teve auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre ganho de capital, cuja contingência é de responsabilidade do antigo acionista controlador conforme disposições contratuais.
- v. As demandas judiciais relacionadas ao IPI envolvem, essencialmente: (a) Exigência fiscal sobre vendas de açúcar sujeitas à alíquota zero, em

razão de possuírem grau de polarização superior a 99,5º ou sem incidência de IPI, nos termos da Instrução Normativa nº 67/98 e (b) na subsidiária CLE exigência fiscal, na saída de graxa lubrificante, de produto imune ao recolhimento de IPI, por ser derivado de petróleo.

- vi. As demandas judiciais relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente:
  - (a) Restrições impostas pela IN MPS/SRP nº 03/2005 a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou *trading companies*; (b) Exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, que deveriam ser imunes e (c) Exigência de contribuição previdenciária incidente sobre aquisição de ações através de planos de pagamento baseado em ações, apesar do nítido caráter mercantil.
- vii. A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia nos termos da MP 470/2009, sob o infundado argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não seria suficiente para quitação dos respectivos débitos.
- viii. A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos.

## 15 Patrimônio Líquido

### a) Capital social

#### Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a

política descrita na Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito de R\$ 4.418.476 e R\$ 3.999.075, inteiramente integralizado, é representado por 407.904.353 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

<b>Acionistas</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Cosan Limited	236.515.386	57,983%
Grupo de Controle	4.028	0,001%
Administradores	591.958	0,145%
Free Float	155.404.710	38,098%
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>392.516.082</b>	<b>96,227%</b>
Ações em Tesouraria	15.388.271	3,773%
<b>Total</b>	<b>407.904.353</b>	<b>100,000%</b>

**b) Ações em tesouraria**

Em 21 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração aprovou a renovação do Programa de Recompra de ações ordinárias de sua emissão. As operações poderiam ser realizadas até 21 de dezembro de 2017 e o máximo de ações que poderiam ser recompradas é de 4.000.000 de ações ordinários (representativas de 0,98209071% da quantidade total de ações).

Em 1 de março de 2018 o Conselho da Administração aprovou a renovação do Programa de Recompra de ações ordinárias de sua emissão. As operações foram realizadas até 12 de dezembro de 2018 e o máximo de ações que poderiam ser recompradas é de 15.388.000 de ações ordinários (representativas de 3,77% da quantidade total de ações).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve recompra de 14.732.000 ações ordinárias no valor de R\$ 607.932 com custo unitário máximo de R\$ 43,30, custo unitário mínimo de R\$ 39,29 e custo unitário médio de R\$ 41,16.



Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 15.388.271 ações em tesouraria (1.606.239 em 31 de dezembro de 2017), cujo preço de mercado era de R\$ 33,46 (R\$ 41,50 em 31 de dezembro de 2017).

#### c) Reserva estatutária – reserva especial

##### **Política contábil:**

Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

#### d) Reserva legal

##### **Política contábil:**

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

#### e) Dividendos

##### **Política contábil:**

O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em 26 de abril de 2018 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 137.610, mediante a utilização de reserva estatutária.

Resultado do exercício	
Constituição da reserva legal – 5%	
<b>Base de cálculo para distribuição de dividendos</b>	
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	
Dividendos excedentes	
<b>Reserva Estatutária</b>	

<b>31/12/2018</b>
1.652.321
(82.616)
<b>1.569.705</b>
(392.426)
-
<b>1.177.279</b>

Movimentação dos dividendos a pagar:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>338.984</b>
Dividendo interino exercício corrente	137.610
Dividendos do exercício	392.426
Dividendos pagos	(446.294)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>422.726</b>

**f) Outros resultados abrangentes**

	<b>31/12/2017</b>	<b>Resultado abrangente</b>	<b>31/12/2018</b>
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(33.014)	(1.907)	(34.921)
Resultado de hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto e subsidiárias	15.325	6.882	22.207
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(68.474)	(52.769)	(121.243)
Instrumentos financeiros com subsidiárias	(45.631)	-	(45.631)
Variação líquida no valor justo e ativos financeiros	25.554	233	25.787
<b>Total</b>	<b>(106.240)</b>	<b>(47.561)</b>	<b>(153.801)</b>

**Atribuível aos:**

Acionistas controladores	(116.278)	(40.348)	(156.626)
Acionistas não controladores	10.038	(7.213)	2.825

	<b>31/12/2016</b>	<b>Resultado abrangente</b>	<b>31/12/2017</b>
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(7.979)	(25.035)	(33.014)
Resultado de hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto e subsidiárias	(189.286)	204.611	15.325
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(52.237)	(16.237)	(68.474)
Instrumentos financeiros com subsidiárias	(54.631)	9.000	(45.631)
Variação líquida no valor justo e ativos financeiros	21.378	4.176	25.554
<b>Total</b>	<b>(282.755)</b>	<b>176.515</b>	<b>(106.240)</b>

**Atribuível aos:**

Acionistas controladores	(295.923)	179.645	(116.278)
Acionistas não controladores	13.168	(3.130)	10.038

## 16 Lucro por ação

### Política contábil:

#### a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria (Nota 15).

#### b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

As subsidiárias da Companhia têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Resultado líquido de operações continuadas atribuíveis à detentores de ações ordinárias - Básico	1.652.321	1.315.324
<b>Efeito da diluição:</b> Efeito de diluição do plano de opções de ações da subsidiária	(1.479)	(207)
<b>Resultado de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição</b>	<b>1.650.842</b>	<b>1.315.117</b>
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - Básico - Em milhares de ações	401.452	411.254
<b>Efeito da diluição:</b> Efeito de diluição do plano de opções de ações	787	687
<b>Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - Diluído - Em milhares de ações</b>	<b>402.239</b>	<b>411.941</b>
<b>Resultado básico por ação ordinária das:</b> Operações continuadas	R\$ 4,1159	R\$ 3,1983
<b>Resultado diluído por ação ordinária das:</b> Operações continuadas	R\$ 4,1041	R\$ 3,1925

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 656.000 ações relacionadas ao plano de recompra de ações da subsidiária Cosan S.A. têm efeito antidilutivo, portanto não foram consideradas na análise do lucro por ação diluído.

## 17 Receitas

### Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

#### i. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos.

A Companhia atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas

Mobil e Comma, bem como na produção e distribuição de pellets de biomassa. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços.

Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente.

#### **ii. Receita faturada**

A Companhia presta serviços de distribuição de gás através da subsidiária Comgás. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

#### **iii. Receita não faturada**

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

#### **iv. Receita de construção em concessão**

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

**v. Serviços prestados**

As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a subsidiária, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receita bruta na venda de produtos e serviços	12.669.890	9.537.350
Receita de construção	415.753	351.193
Impostos e deduções sobre vendas	(2.786.544)	(2.217.766)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>10.299.099</b>	<b>7.670.777</b>

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Momento do reconhecimento</b>		
Comgás - Distribuição de gás	6.363.614	5.118.087
Moove - Lubrificantes e óleo básico	3.414.536	2.097.450
Comgás - Outros	60.641	68.577
Cosan Corporativo - Outros	9.167	3.441
	<b>9.847.958</b>	<b>7.287.555</b>
<b>Ao longo do tempo</b>		
Comgás - Receita de construção	415.753	351.193
Moove - Outros serviços	35.413	32.071
	<b>451.166</b>	<b>383.264</b>
Eliminações entre segmentos	(25)	(42)
<b>Total das receitas líquidas</b>	<b>10.299.099</b>	<b>7.670.777</b>

## 18 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Matéria-prima	-	-	(7.076.079)	(4.614.500)
Material de uso e consumo na prestação de serviço	-	-	(75.584)	(27.753)
Custo de construção	-	-	(415.753)	(351.193)
Despesas com serviços de terceiros	(28.907)	(27.886)	(276.479)	(206.703)
Despesas com pessoal	(51.829)	(67.433)	(523.911)	(566.134)
Despesas comerciais	-	-	(30.139)	(82.941)
Despesa com transporte	-	-	(127.102)	(83.905)
Depreciação e amortização	(5.980)	(5.849)	(552.951)	(546.111)
Outras despesas	(23.642)	(26.056)	(259.060)	(203.891)
	<b>(110.358)</b>	<b>(127.224)</b>	<b>(9.337.058)</b>	<b>(6.683.131)</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(7.694.386)	(5.045.884)
Despesas com vendas	-	-	(1.010.614)	(1.039.817)
Gerais e administrativas	(110.358)	(127.224)	(632.058)	(597.430)
	<b>(110.358)</b>	<b>(127.224)</b>	<b>(9.337.058)</b>	<b>(6.683.131)</b>

## 19 Outras (despesas) receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganho na cessão de direitos creditórios	-	1.039.966	-	1.039.966
Créditos fiscais extemporâneos (i)	-	-	199.027	12.267
Indenizações (ii)	-	-	726.000	-
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	(30.190)	(35.614)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário	(27.805)	(78.704)	(36.100)	(116.859)
Outros	(21.138)	(35.115)	(55.284)	(18.777)
	<b>(48.943)</b>	<b>926.147</b>	<b>803.453</b>	<b>880.983</b>

- i. Ganho no reconhecimento da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (nota 6);
- ii. A subsidiária Comgás e a fornecedora Petrobras encerraram as ações judiciais propostas não relacionadas ao custo de gás, e como consequência, foi indenizada e reconheceu o ganho líquido de tributos de R\$726.000.

## 20 Resultados financeiros

### Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.



Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Custo da dívida bruta</b>				
Juros e variação monetária	-	-	(670.918)	(666.552)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	-	(888.520)	(82.969)
Resultado com derivativos e valor justo	690.956	182.350	677.710	(56.314)
Amortização do gasto de captação	(153)	(245)	(1.085)	(1.056)
Descontos obtidos em operações financeiras	-	-	-	-
Fianças e garantias sobre dívida	-	-	(27.183)	(27.753)
	<b>690.803</b>	<b>182.105</b>	<b>(909.996)</b>	<b>(834.644)</b>
Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa	65.906	105.764	319.167	360.001
	<b>65.906</b>	<b>105.764</b>	<b>319.167</b>	<b>360.001</b>
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>756.709</b>	<b>287.869</b>	<b>(590.829)</b>	<b>(474.643)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>				
Juros sobre outros recebíveis <sup>(i)   (ii)</sup>	8.887	31.484	434.334	97.724
Atualização de outros ativos financeiros	102.722	125.977	102.722	125.977
Juros sobre capital próprio	77.880	86.209	(10.320)	(12.291)
Juros sobre outras obrigações	(122.448)	(210.023)	(202.649)	(345.737)
Despesas bancárias e outros	(23.767)	(245.385)	(37.158)	(282.881)
Variação cambial	(972.036)	(267.074)	(28.293)	(6.543)
	<b>(928.762)</b>	<b>(478.812)</b>	<b>258.636</b>	<b>(423.751)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(172.053)</b>	<b>(190.943)</b>	<b>(332.193)</b>	<b>(898.394)</b>
<b>Reconciliação</b>				
Despesas financeiras	(403.163)	(691.178)	(1.125.613)	(1.728.300)
Receitas financeiras	263.338	377.302	897.876	728.598
Variação cambial	(636.550)	(62.726)	(843.297)	(81.201)
Efeito líquido dos derivativos	604.322	185.659	738.841	182.509
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(172.053)</b>	<b>(190.943)</b>	<b>(332.193)</b>	<b>(898.394)</b>

- i. Como consequência do encerramento das ações judiciais entre a Comgás e Petrobras, foi revertido todo o saldo de atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$

177.423, bem como houve o reconhecimento da atualização do depósito judicial no valor de R\$ 101.583. (nota 5.7).

- ii. Inclui saldo de R\$ 93.243 referente à atualização financeira de PIS e Cofins conforme nota 6.

## 21 Gestão de risco financeiro

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, certificados de crédito imobiliário, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

#### **a) Risco de mercado**

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

##### **i. Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	497.968	765.370
Contas a receber de clientes	31.380	14.894
Fornecedores	(219.717)	(249.999)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.279.659)	(5.575.894)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(210.497)
Contraprestação contingente	(119.825)	(116.542)
Instrumentos financeiros derivativos	4.670.955	4.216.517
<b>Risco cambial líquido</b>	<b>(1.418.898)</b>	<b>(1.156.151)</b>

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares e o impacto em outros componentes do patrimônio vem de contratos de câmbio futuros estrangeiros designados como hedge de fluxo de caixa através de suas joint ventures.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação aos dólares americanos em 31 de dezembro de 2018 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	(16.039)	120.482	240.965	(120.482)	(240.965)
Contas a receber de clientes	(1.011)	7.593	15.185	(7.593)	(15.185)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	202.256	(1.519.351)	(3.038.702)	1.519.351	3.038.702
Contraprestação contingente	3.859	(28.992)	(57.982)	28.992	57.982
Fornecedores	7.077	(53.161)	(106.320)	53.161	106.320
Instrumentos financeiros derivativos	(222.270)	1.190.774	2.381.547	(1.190.774)	(2.381.547)
<b>Impactos de (perda) ou ganhos</b>	<b>(26.128)</b>	<b>(282.655)</b>	<b>(565.307)</b>	<b>282.655</b>	<b>565.307</b>

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2019, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2018, a Companhia

realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/U.S.\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

<b>Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/U.S.\$)</b>						
	<b>31/12/2018</b>	<b>Provável</b>	<b>Cenário</b>			
			<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
<b>Dólar</b>	3,8748	3,75	4,6875	5,625	2,8125	1,875

## ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	<b>Provável</b>	<b>Cenário</b>			
		<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	176.056	44.014	88.028	(44.014)	(88.028)
Títulos e valores mobiliários	103.981	25.995	51.991	(25.995)	(51.991)
Derivativos de taxa de juros	(54.240)	(638.755)	(1.182.133)	771.349	1.692.426
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(599.457)	(36.834)	(73.667)	36.834	73.667
<b>Impactos de (perdas) ou ganhos</b>	<b>(373.660)</b>	<b>(605.580)</b>	<b>(1.115.781)</b>	<b>738.174</b>	<b>1.626.074</b>

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de juros					
		Cenário			
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
CDI	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	7,40%	9,00%	10,60%	5,80%	4,20%
TJLP	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%
IGPM	4,20%	5,25%	6,30%	3,15%	2,10%
FED	2,90%	3,63%	4,35%	2,18%	1,45%
Libor	3,02%	3,78%	4,53%	2,27%	1,51%

#### b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.696.947	3.150.328
Títulos e valores mobiliários	1.359.232	700.035
Contas a receber de clientes	1.150.130	950.701
Instrumentos financeiros derivativos	1.515.882	1.052.105
Recebíveis de partes relacionadas	132.798	207.266
Dividendos	27.309	13.114
	<b>6.882.298</b>	<b>6.073.549</b>

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser

atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
AAA	4.302.309	327.583
AA	1.269.752	4.443.753
	<b>5.572.061</b>	<b>4.771.336</b>

### c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2018				31/12/2017
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.475.843)	(1.447.318)	(4.767.796)	(7.714.357)	(15.405.314)
Fornecedores	(1.472.203)	-	-	-	(1.472.203)
Outros passivos financeiros	(117.997)	-	-	-	(117.997)
Pagáveis a partes relacionadas	(207.989)	-	-	-	(207.989)
Parcelamento de débitos tributários	(59.540)	(15.200)	(36.836)	(109.723)	(221.299)
Dividendos a pagar	(427.232)	-	-	-	(427.232)
Instrumentos financeiros derivativos	135.340	128.642	113.643	1.925.864	2.303.489
	<b>(3.625.464)</b>	<b>(1.333.876)</b>	<b>(4.690.989)</b>	<b>(5.898.216)</b>	<b>(15.548.545)</b>
					<b>(17.932.264)</b>

## 22 Obrigações de benefício pós-emprego

### Política contábil:

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem

diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

**a) Contribuição definida**

A Companhia fornece planos de contribuição definida para todos os funcionários. Os ativos do plano são o plano Futura (Futura II - Entidade de Previdência Complementar) e o Plano de Pensões Comgás - PLAC. A Companhia e suas subsidiárias não têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

**b) Benefício definido**

De acordo com o regulamento, o que leva a companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os participantes assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

- i. maior sobrevida ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- ii. o retorno sobre o patrimônio líquido sob a taxa de desconto atuarial mais o IGP-DI acumulado; e
- iii. Estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

	31/12/2018	31/12/2017
Futura	75.298	44.431
Futura II	205	201
Comgás	504.320	440.827
	<b>579.823</b>	<b>485.459</b>

**a) Contribuição definida**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor das contribuições das patrocinadoras para os planos foi de R\$ 459 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2017).

**b) Benefício definido**

A Companhia contribui para os seguintes planos de benefícios definidos pós-



emprego:

- i. Futura: A subsidiária CLE patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores das contribuições totalizaram R\$ 4.138 (R\$ 3.896 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017). A duração média ponderada da obrigação é de 10,84 anos. Em 2019, a subsidiária espera efetuar uma contribuição no valor de R\$ 4.311 em relação ao seu plano de benefício definido; e
- ii. Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores das contribuições totalizaram R\$ 26.808 (R\$ 22.796 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017). A duração média ponderada da obrigação é de 13,8 anos.

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigação de benefício definido inicial	905.874	833.129
Custo dos serviços correntes	584	586
Juros sobre obrigação atuarial	83.476	87.205
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	25.583	72.223
(Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	58.550	(30.944)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela premissas demográficas	(447)	(197)
Benefícios pagos	(60.828)	(56.128)
<b>Obrigação de benefício definido final</b>	<b>1.012.792</b>	<b>905.874</b>
Valor justo inicial dos ativos do plano	(420.616)	(391.803)
Receitas de juros	(38.648)	(40.955)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(3.792)	(16.976)
Contribuições do empregador	(30.946)	(27.010)
Benefícios pagos	60.828	56.128
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>(433.174)</b>	<b>(420.616)</b>
Superávit (déficit) do exercício	<b>579.618</b>	<b>485.258</b>
<b>Passivo líquido de benefício definido</b>	<b>579.618</b>	<b>485.258</b>

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços correntes	(717)	(271)
Juros sobre obrigação atuarial	(48.404)	(46.312)
	<b>(49.121)</b>	<b>(46.583)</b>

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2018	31/12/2017
Montante acumulado no início do exercício	226.129	252.473
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(25.583)	(7.865)
(Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(33.636)	(1.845)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ativos maiores que a taxa de desconto	3.792	(16.634)
<b>Montante acumulado no final do exercício</b>	<b>170.702</b>	<b>226.129</b>

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	419.182	96,77%	408.347	98,18%
Renda variável	10.959	2,53%	3.411	0,82%
Outros	3.032	0,70%	4.159	1,00%
	<b>433.173</b>	<b>100,00%</b>	<b>415.917</b>	<b>100,00%</b>

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	Futura		Comgás	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto	9,50%	9,55%	9,30%	9,52%
Taxa de inflação	4,20%	4,00%	4,00%	4,00%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	7,12%	7,12%
Futuros aumentos de pensão	4,20%	4,00%	7,12%	4,00%

### Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento	Redução
	0,50%	-0,50%
Futura	(25.152)	23.052
Futura II	(125)	118
COMGAS	(31.530)	35.642

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

## 23 Pagamento com base em ações

### Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos

benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração de cada Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

#### **a) Descrição dos acordos**

##### **i. Plano de opção de compra de ações**

O modelo *Black-Scholes* foi desenvolvido para uso na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e *dividend yield*. Dados históricos foram considerados na definição das premissas.

##### **ii. Plano de remuneração baseado em ações**

De acordo com o plano, os funcionários elegíveis podem receber ações ordinárias anualmente sem pagamento em dinheiro. O número de ações emitidas para os participantes do programa é o valor da oferta dividido pelo preço médio ponderado pelo qual as ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores. As ações são reconhecidas ao seu preço de fechamento na data da concessão (valor justo na data da concessão) como uma emissão de ações em tesouraria e como parte dos custos de benefícios do empregado no período em que as ações são

concedidas.

Para a remuneração baseada em ações liquidada com ações, a despesa é baseada na data de concessão do valor justo dos prêmios que devem ser adquiridos durante o período de carência. Para prêmios com *vesting* graduado, o valor justo de cada tranche é reconhecido durante o respectivo período de carência. Ao final de cada período de reporte, a Companhia reavalia suas estimativas do número de prêmios que devem ser adquiridos e reconhece o impacto das revisões na demonstração do resultado.

A metodologia *Black-Scholes* foi utilizada para calcular o valor justo nos termos do Plano de Remuneração Baseada em Ações.

Os seguintes acordos de pagamento baseados em ações:

<b>Tipo de programa / Data da outorga</b>	<b>Empresa</b>	<b>Expectativas de exercício (anos)</b>	<b>Ações outorgada</b>
<b>Plano de opção de compra de ações</b>			
18/08/2011 - (A)	Cosan S.A.	1 a 7	4.825.000
18/08/2011 - (B)	Cosan S.A.	1 a 12	5.000.000
12/12/2012 - (C)	Cosan S.A.	1 a 7	700.000
24/04/2013	Cosan S.A.	5 a 7	970.000
25/04/2014	Cosan S.A.	5 a 7	960.000
31/08/2015	Cosan S.A.	5 a 7	759.000
			<b>13.214.000</b>
<b>Plano de remuneração baseado em ações</b>			
20/04/2017	Comgás	5	61.300
27/04/2017	Cosan S.A.	5	274.000
31/07/2017	Cosan S.A.	5	298.107
12/08/2017	Comgás	5	97.780
31/07/2018	Cosan S.A.	5	210.602
01/08/2018	Comgás	5	96.787
			<b>1.038.576</b>

#### **b) Mensuração de valores justos**

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

Plano de remuneração baseado em ações				
Média ponderada do valor justo na data da outorga	Cosan S.A.		Comgás	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	36,06	34,17	36,37	36,83
<b>Principais premissas:</b>				
Preço de mercado na data de outorga	38,61	34,51	54,25	51,03
Taxa de juros	15,00%	15,00%	10,56%	11,13%
<i>Dividend yield</i>	2,86%	5,93%	7,19%	4,32%
Volatilidade	33,70%	33,23%	32,38%	28,60%

### c) Reconciliação de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Plano de opção de compra de ações	Plano de remuneração baseado em ações	Total	Preço de exercício médio ponderado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	7.978.000	-	7.978.000	29,05
Outorgado	-	731.187	731.187	36,06
Exercido	(1.405.000)	(8.206)	(1.413.206)	23,19
Cancelada	(427.000)	(49.894)	(476.894)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.146.000	673.087	6.819.087	29,84
Outorgado	-	307.389	307.389	-
Exercido	(942.000)	(20.802)	(962.802)	23,32
Cancelada	(175.000)	(57.446)	(232.446)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.029.000</b>	<b>902.228</b>	<b>5.931.228</b>	<b>30,21</b>

### d) Despesa reconhecida no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	Plano de opção de compra de ações	Plano de remuneração baseado em ações	Total
31/12/2017	5.972	4.711	10.683
31/12/2018	5.826	3.925	9.751

## 24 Eventos subsequentes

Em 18 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a contratação de assessores financeiros e a submissão à B3 para uma oferta pública voluntária de aquisição de ações preferenciais classe A de emissão da sua subsidiária Comgás (*ticker*: CGAS5) ao preço de R\$ 82,00 por ação. Também foi assinado um acordo privado com acionistas detentores de 9.847.236 ações preferenciais classe A emitidas pela Comgás, sob as quais a Cosan se compromete a adquirir, e os acionistas se comprometem a alienar todas as referidas ações preferenciais classe A no Plano Voluntário. As ações preferenciais classe A, sujeitas a este contrato privado, representam aproximadamente 41,786% das ações preferenciais classe A em circulação.

## 25 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### 25.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

Essa exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia arrenda propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem nenhuma obrigação, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e

o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- i. Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- ii. Pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- iii. Montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- iv. O preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção, e
- v. Pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário que exerce essa opção.

Os pagamentos da locação são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo:

- i. valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- ii. Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- iii. Quaisquer custos diretos iniciais e;
- iv. Custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para



maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão exercidas é exercível somente pela Companhia e não pelo respectivo arrendador.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato, a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

Impacto na demonstração da posição financeira (aumento/(redução)) em 01 de janeiro de 2019:

	<i>Range</i>		
<b>Ativos</b>			
Ativos de direito de uso	71.000	a	79.000
<b>Passivos</b>			
Arrendamento a pagar	71.000	a	79.000

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não foi atualizada e continua a ser relatada sob o IAS 17 / CPC 06 (R1) e IFRIC 4 / ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis são divulgados separadamente para cada período.

As controladas em conjuntos Raízen Energia e Raízen Combustíveis reconheceram o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, retrospectivamente, com efeito cumulativo. Essas controladas em conjunto utilizaram como expediente prático a utilização de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares. A mensuração inicial dos passivos de arrendamentos e dos ativos de direito de uso está estimado entre R\$ 4.000.000 e R\$ 5.000.000. Ainda há discussões técnicas que podem impactar relevantemente os efeitos iniciais de referidas controladas em conjunto, tais como se os contratos de parceria agrícola estão no âmbito da norma.

## 25.2 Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

### **25.3 Alterações à CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa**

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de “SPPI”) e o instrumento é realizado dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **25.4 Alterações à CPC 33 / IAS 19: Alterações do plano, restrição ou liquidação**

As alterações a IAS 19 abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando um aditivo ao plano, redução ou liquidação ocorre durante o período de uma entidade é obrigada a:

- i. Determinar o custo do serviço corrente pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para medir novamente o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
- ii. Determinar juros líquidos pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando: o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos sob o plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto utilizada para medir novamente esse passivo (ativo) líquido de benefício definido.

As alterações também esclarecem que uma entidade primeiro determina qualquer custo do serviço passado, ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido no resultado. Uma entidade então determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos, é reconhecida em outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações do plano ocorridas no ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. Estas alterações aplicar-se-ão apenas a futuras alterações, reduções ou liquidações.

## **25.5 Melhorias Anuais ao Ciclo de Normas IFRS 2015-2017**

### **i. CPC 32 / IAS 12 Imposto de renda**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto, reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. Não são esperados efeitos nas demonstrações financeiras

consolidadas.

**ii. CPC 20 / IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos**

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual está alinhada com essas alterações.

**25.6 Contratos de seguros**

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.